

Agenda

Julho

[28 a 31] 44º Congresso Internacional Psicanálise. Congresso interativo que estimulará intercâmbio de idéias e experiência entre todos os inscritos, considerando os aspectos do trauma através das mais recentes perspectivas psicanalíticas. Maiores informações: (21) 2142-9315 / www.ipa.org.uk

Agosto

[02] Pós-graduação e Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde. Universidade São Marcos - Campus Ipiranga e Tatuapé. Informações: (11) 3491-0500 ramal: 5562/ 5567 ou <http://cepps.com.br>

[05] Curso de Formação em Terapia de Família/Casa. Instituto Familiaie. Valor: R\$ 350,00. Informações: (11) 3037-7652. E-mail: inst.familiae@uol.com.br. Site: www.familiae.com.br

[20] Simpósio Psicologia em Cardiologia. Promovido pelo Departamento de Psicologia da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo. Informações e inscrições: (11) 3179-0044 ou eventos@socesp.org.br ou www.socesp.org.br

[24 a 27] IV Congresso de Psicologia do Oeste Paulista. Organizado pela Subsede de São José do Rio Preto do Conselho Regional de Psicologia, o

encontro pretende contemplar o amplo campo de atuação das práticas da Psicologia na região, considerando a busca por uma Psicologia diversificada, que inclui a subjetividade – que transforma e qualifica a prática profissional –, o debate de seus aspectos éticos e o seu compromisso social com o povo brasileiro. Informações pelo e-mail: bruno@cenacon.com.br ou pelo site www.cenacon.com.br

[25] I Encontro de Direito & Saúde Mental. Temas do Direito Penal, da Lei Paulo Delgado e dos Direitos Civis dos usuários de serviços de saúde mental. Local: Teatro Noel Rosa – UERJ – Centro Cultural. R. São Francisco Xavier, 524 – Maracanã – RJ. Informações e inscrições: (21) 2587-7707 / www.cepuerj.uerj.br

Setembro

[07 a 10] V Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Informações: (31) 3224-6154 / (17) 224-0507 ou www.sbph.org.br

Outubro

[09 a 15] VI Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa. Local: Canela (RS). Informações: www.grandehotel.com.br

[12 a 15] Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de Florianópolis. Centro de Convenções – Centro Sul – Florianópolis. Informações: (48) 238-9646 e www.lacanofloripa.com.br


[12 a 16] 7º Congresso Internacional de Psicoterapia Corporal – Sesc Pompéia. Este é o primeiro congresso de psicoterapia corporal a ser realizado no Brasil. Apoio: SESC SP e UNIP. Maiores informações: (11) 3816-7754 e www.cipc2005.org

[16] II Jornada em Comemoração ao Dia do Psicólogo. Centro de Eventos SOCESP, Conjunto Nacional, Av. Paulista, 2073, ed. Horsa I, 15º andar. Informações: (11) 3179-0044 ou www.socesp.org.br

[21 a 24] II Congresso Brasileiro de Stress e V ABQV. A Associação Brasileira de Qualidade de Vida e a Associação Brasileira de Stress estarão unidas para promover evento sobre qualidade de vida e estresse, profissionais do ambiente corporativo e pesquisadores universitários do país. Local: Hotel Pestana, rua Tutóia, 77 – São Paulo. Informações: www.abqv.org.br e www.estresse.com.br

Outubro a Novembro – XXVI Curso de Extensão de Psicologia Aplicada à cardiologia. Informações e inscrições: (11) 3179-0044 e www.socesp.org.br

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 144 • junho | setembro 2005



ECA faz 15 anos sob ameaça

Considerado modelo mundial de defesa dos direitos da criança e do adolescente, o estatuto é alvo de propostas de mudança que tramitam na Câmara dos Deputados

02 **Editorial****Conversando com o Psicólogo**

Serviços psicológicos pela internet exigem credenciamento

Ciência e Profissão

Área escolhida pela maioria dos profissionais, a Psicologia Clínica, com suas várias abordagens psicoterapêuticas, tem o desafio de buscar uma linguagem comum

06 **Questões Éticas**

Procedimentos disciplinares e processo ético: ferramentas que garantem o bom exercício da profissão

Formação

Encontro da Abep discute novos rumos dos cursos de Psicologia

10 **Orientação**

O psicólogo, ao anunciar seus serviços, deve ficar atento para não ferir o Código de Ética

Opinião

Beatriz Cruz, do Instituto Sou da Paz, fala da importância do referendo pelo desarmamento

12 **Seção Aberta**

ECA comemora seus 15 anos sob ameaças

Políticas Públicas

Iniciativas buscam soluções intersetoriais para combater o aumento dos índices de violência

Um Mundo Melhor é Possível

Medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei são aplicadas com sucesso no Rio Grande do Sul

17 **Nuestra América Latina**

Ditadura Militar no continente acabou, mas deixou legado nos aparelhos de repressão

Interior

Santos comemora Dia da Luta Antimanicomial. Entidades de direitos humanos pedem o fechamento da cadeia feminina de Cabralia Paulista

20 **Livros**

Carolina Jaen e Maria Lívia Tourinho Moretto falam da obra de Fernando Silva Teixeira Filho sobre extrofia vesical

Estante23 **Mural****Agenda****Conselho Regional de Psicologia SP****Psi Jornal de Psicologia CRP SP** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região**Diretoria**Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Lúcia Fonseca de Toledo
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa**Conselheiros efetivos**

Andréa Torres, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Pereira Jardim, Andréia de Conto Garbin, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivian

Gerente-geral Diógenes Pepe**Comissão de Comunicação**Coordenadora | Andréa Torres
Membros | Adriana Eiko Matsumoto, José Roberto Heloani, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado**Edição e textos** AIPY Comunicação Expandindo Horizontes

(11) 4152 8494

Jornalista Responsável H. Carrijo (MTb 17.396)**Colaboração** Paula Crecêncio, Patrícia Rigonati**Projeto gráfico e Editoração** Fonte Design (11) 3081 5892**Ilustrações** Juliana Migueletto e Patrícia Gimeno**Fotos e ilustração capa, Opinião e Seção Aberta** Luís H. R. Carrijo**Impressão** Supergráfica**Tiragem** 55.000 exemplares**Periodicidade** bimestral**Sede CRP SP**Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306**E-mails**Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br**Subsedes CRP SP**Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Não há como voltar ao passado, e teremos que encontrar alternativas para superar os obstáculos para que no futuro o ECA consiga se impor como único modelo vigente”

Patrícia Grandino

“Ao adequarmos as ênfases dos cursos às características da região, temos a possibilidade de formar profissionais mais preparados para trabalhar com a realidade da nossa comunidade e assim desenvolver um papel mais efetivo e eficiente”

Teresinha Pavanello Costa

“Em função das ações repressivas do regime militar, produziu-se o receio de fazer críticas como um elemento desmobilizador da participação das pessoas nas lutas sociais”

Soraia Ansara

“É preciso divulgar a Psicoterapia como uma prática que tem resultados, que melhora a vida das pessoas e que deve ser praticada de maneira científica”

Rogério Wolf de Aguiar

Os novos ventos, nós mesmos os sopramos

Neste momento, em que nos aproximamos do encerramento do Banco Social de Serviços em Psicologia, julgamos oportuno retomar o lema do projeto: "Há sinais de novos ventos". Passados os dois anos de realização dos diversos projetos do Banco Social, podemos dizer que novos ventos estão soprando em diferentes direções, apontando possibilidades inovadoras de intervenção e condizentes com o compromisso de colocar a Psicologia a serviço das urgências sociais. Em comum, os novos ventos apontam para a necessidade de reposicionar a Psicologia na sociedade. A partir de seus saberes, acumulados na pesquisa e na prática constantes e de sua história como profissão, a Psicologia tem hoje a possibilidade de um reconhecimento social que pode e deve se ampliar. Foi com esse objetivo que o projeto do Banco Social foi criado: demonstrar a importância de se terem psicólogos participando da formulação e execução de políticas públicas, já que esse é um espaço privilegiado, por sua amplitude e relevância social, para concretizar tal possibilidade.

O Banco Social se encerra no Dia do Psicólogo. Em 27 de agosto de 2005, estaremos comemorando 43 anos de profissão regulamentada e afirmando que, *se muito vale o já feito, mais vale o que virá*. Acumulamos, como categoria, nos últimos anos, reflexões que não deixam dúvidas: queremos a Psicologia no campo das políticas públicas, apresentando-se à sociedade e ao Estado como uma profissão que pode contribuir para o atendimento dos direitos sociais e para o reconhecimento dos indivíduos como cidadãos e sujeitos

capazes de participar das decisões sobre sua vida e sobre a vida social. Podemos contribuir para a melhoria dos serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, moradia, segurança, circulação humana. Podemos dizer do que necessitam, para ter boa qualidade de vida e possibilidade de desenvolvimento integral e saudável, jovens, crianças, idosos, grupos étnicos, mulheres e homens em toda a sua diversidade.

O encerramento do Banco Social acontece no mesmo instante em que criamos o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Os Conselhos de Psicologia organizarão registros de experiências e propostas de intervenções em Psicologia que possam ser referências para atuação em políticas públicas. O novo serviço, que substituirá o Banco Social, estará disponível para os psicólogos, a sociedade e o Estado, reafirmando a Psicologia como uma profissão comprometida com seu tempo.

Neste número do jornal "Psi" temos exemplos da presença da Psicologia que queremos reafirmar e ampliar: a luta por políticas para a infância e adolescência, por meio da defesa do ECA; a discussão da violência, como fenômeno social que devemos enfrentar; e a reflexão sobre a prática da Psicoterapia.

Os novos ventos, nós mesmos os sopramos. Coletivamente, com crítica constante aos nossos saberes e fazeres, com a reafirmação do que julgamos importante em nossa prática, com a criação de novas intervenções. Mas, principalmente, acreditando que eles indicam novos caminhos para a Psicologia e para a sociedade.



ERRATA

CID - 10

Na matéria "CID-10, ferramenta auxiliar no trabalho de psicólogo", da edição 143 do jornal PSI, deixamos de acrescentar que a psicóloga Inez Guimarães Pistelli é ex-conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e que coordena atualmente o CAPS II (Centro de Atenção Psicossocial) Adulto Formosa-Aricanduva.

Serviços psicológicos pela internet exigem credenciamento

Profissionais ainda têm dúvidas sobre os procedimentos que devem adotar para oferecer atendimento *on-line*

Considerando o potencial vertiginoso de um veículo de comunicação, como a internet, que permite o compartilhamento de informações e dados entre os usuários, é de se prever que os saberes da Psicologia serão incluídos nesse contexto. Tanto que o Conselho Federal de Psicologia tomou uma iniciativa inédita no Brasil e editou as Resoluções 03/2000 e a 010/2003 para regulamentar a prática da profissão através da rede mundial de computadores. Embora claros, os dispositivos parecem ainda gerar algumas dúvidas na categoria.

Segundo Oliver Zancul Prado, psicólogo e conselheiro do CRP SP, estudioso da matéria, autor de pesquisas de comportamento na internet e mestrado sobre terapia via internet e relação terapêutica, há três pontos de confusão em torno do assunto: a obrigatoriedade do cadastramento do site que presta serviços em Psicologia, se podem ser cobrados os honorários e que tipo de serviço é permitido oferecer.

Oliver resume os critérios adotados da seguinte maneira: "O psicólogo pode oferecer diversos tipos de serviços pela internet desde que não sejam psicoterapêuticos". E os honorários podem ser cobrados normalmente desde que não sejam de indivíduos que façam parte de projetos de pesquisa.

“O psicólogo pode oferecer diversos tipos de serviços pela internet desde que não sejam psicoterapêuticos”

Oliver Zancul Prado

A restrição existe, porque a sistematização da intervenção psicoterapêutica pela internet não é ainda reconhecida cientificamente no Brasil nem tampouco haveria formação específica para os psicólogos nesse campo de conhecimento. Oliver explica que não haveria como garantir a prestação desse serviço em condições eficientes de trabalho, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência e pela ética profissional, já que "a Psicoterapia é uma prática profissional que envolve um processo de compreensão e intervenção para promover a saúde mental e dar condições às pessoas de enfrentar seus conflitos".

Apesar dessas normas, Oliver revela que ao profissional é permitido oferecer outros serviços - atendimentos que vão desde orientações psicológica e afetivo-sexual, profissional, ergonômica e de aprendizagem, até consultorias a empresas, reabilitação cognitiva, ideomotora e comunicativa, além de permitir a prestação de esclarecimentos ao internauta so-

bre seus serviços, agendar consultas, etc. "Aos poucos, os psicólogos se dão conta do potencial de trabalho que está se abrindo", acredita ele.

A novidade fica por conta do cadastramento. Desde 2003, os serviços, mesmo os informais, prestados por um psicólogo ou uma clínica via internet e também as pesquisas envolvendo atendimento via internet, devem ter um selo de credenciamento do CFP. O Conselho Federal formou a Comissão Nacional de Credenciamento e Fiscalização de Serviços de Psicologia pela Internet, integrada por seis psicólogos, que analisa o conteúdo dos sites que prestam serviços de Psicologia.

A Coordenadoria Técnica do CFP também está realizando um mapeamento na internet para identificar os sites de psicólogos que prestam serviços de forma irregular. O responsável pela página será contatado pelos regionais para regularizar sua situação.

O cadastro não é obrigatório para os sites que oferecem somente anúncio de atendimentos tradicionais e de cursos, textos da área e informações pessoais. Também não necessitam se cadastrar os sites que publicam textos de orientação para a população onde constam perguntas e respostas do psicólogo, como em geral é feito em revistas e jornais. Entretanto, é necessário o cadastro para os sites em que esteja explícito, na área de contato, que este será feito com o psicólogo, a fim de tirar dúvidas, enviar perguntas ou outros questionamentos.



A vantagem do selo, segundo Oliver, é que permite um controle duplo da legalidade da profissão. "É uma forma de verificar se o site está de acordo com a regulamentação e de atestar que o serviço é fornecido por um psicólogo regularmente inscrito no conselho", diz.

Como a resolução que trata do cadastramento tem apenas dois anos, o procedimento da Comissão de Credenciamento do CFP será apenas de orientação. A determinação ainda é ignorada por grande parte da categoria. Até o momento, apenas oito sites estão credenciados. Oliver, que também faz parte da comissão de credenciamento, observa, no entanto, que os psicólogos, que respondem pelo atendimento mediado por computador, podem sofrer processo ético caso não regularizem sua situação. ●

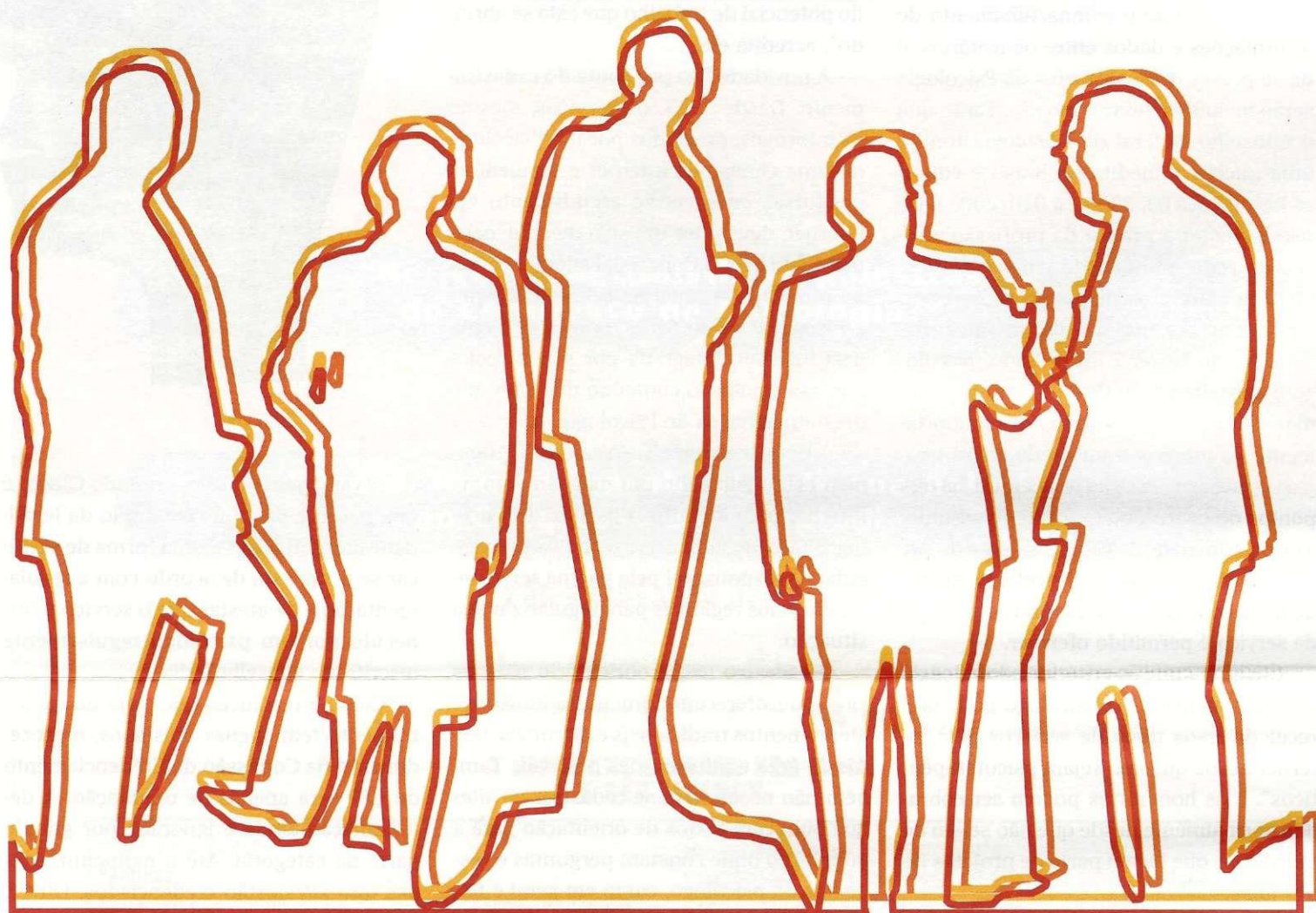
Conteúdo básico para os sites de Psicologia

Oliver Zancul Prado lembra que o site deve apresentar um esclarecimento do propósito do atendimento e critérios que diferenciem o serviço da Psicoterapia: tempo de duração, público alvo e abrangência do serviço. Também devem ser apresentados os métodos utilizados para a comunicação, as ferramentas de segurança utilizadas (ou um alerta de que a comunicação não pode ser considerada tecnicamente segura), o número do CRP do psicólogo, o valor dos honorários e forma de pagamento (caso existam honorários). "Se o objetivo é preciso e a população também é definida, o tempo do serviço pode ser maior", explica. "Se o escopo é sobre orientação profissional, sobre o que o usuário vai prestar no vestibular, com público alvo de estudante de segundo grau, então esse serviço pode durar, por exemplo, um ano", exemplifica. "Agora, se o psicólogo oferece orientação psicológica via e-mail e qualquer pessoa pode enviar pergunta sobre qualquer assunto para ele desenvolver uma análise, então o atendimento não pode se estender por muito tempo, dado que, nesse exemplo, o serviço deve ser informativo e pontual. Cada caso precisa ser analisado individualmente", diferencia.

É importante lembrar que os atendimentos psicoterapêuticos podem ser realizados como pesquisa, autorizada por comitê de ética de acordo com a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, sendo que esta norma se aplica não apenas às pesquisas de Psicoterapia via internet, mas a qualquer pesquisa que envolva seres humanos de acordo com a resolução 016/2000 do CFP. Assim, não basta que o psicólogo realize um atendimento psicoterapêutico gratuito sob o rótulo de pesquisa. Para o cadastramento de sites, acesse www.cfp.org.br/selo.

Unindo esforços e ampliando horizontes

Mais de 70% dos psicólogos optam pela Psicologia Clínica, mas como lidar com a diversidade de linguagens nesta área é um desafio que será tratado pela Abrap



Na mesma medida em que outras áreas do conhecimento avançam e novos conhecimentos são revelados, também a Psicologia se ramifica. Entretanto, embora as áreas da Psicologia se desdobrem, cada vez mais, em novas aplicações, nenhuma outra lida com uma diversidade tão grande de escolas de pensamento como a Psicologia Clínica. Para se ter uma idéia da dimensão da variedade, em algumas listagens internacionais, constam mais de 500 linhas psicoterapêuticas, das quais cerca de 20 matrizes podem ser consideradas relevantes.

Segundo Luiz Alberto Hanns, presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia, apesar do interesse dos formandos em Psicologia por outras áreas ter crescido nos últimos anos, grande parte dos graduandos ainda escolhe a formação clínica e após a graduação buscam cursos de especialização. “No período da faculdade, o aluno apenas tem um contato breve com as diversas abordagens e diferentes aplicações da Psicologia Clínica; tem somente noções de Neurologia e Psicofarmacologia, e, em geral, atende poucos casos nas clínicas-escola das faculdades. Por isso, os próprios alunos, que pretendem clinicar, percebem que, após concluir a faculdade, precisam ainda buscar cursos de especialização que

proporcionem mais prática clínica e uma formação mais específica em Psicoterapia, geralmente atrelada à determinada abordagem”, diz.

Ele conta que em muitos países, o psicoterapeuta não é considerado apto a atender após a graduação. É necessário que faça uma especialização, residência ou doutorado. Estes estudos adicionais podem ocorrer ou em instituições extra-universitárias, ligadas a associações que dão formação em determinada abordagem, ou ocorrem no contexto acadêmico, de acordo com cada país e as tradições locais.

O porquê de mais de 70% de os alunos de Psicologia optarem pela clínica tem explicação histórica. “A Psicologia derivou-se no Brasil da faculdade de Filosofia e Letras e, desde o início, a formação clínica

era a área de interesse que motivava os alunos. Já nos países anglo-saxônicos, a Psicologia era uma área de pesquisa empírica ligada à Neurologia e Aprendizagem, enquanto que a Psicoterapia ficava como área de pós-graduação de interesse menor, aliás, geralmente era uma especialização procurada por psiquiatras. Além disso, outros campos, como a Psicologia Organizacional, permaneceram estigmatizados como áreas burocráticas e mal remuneradas. Já a Psicologia Escolar e a Psicologia Social cediam espaço à Pedagogia, à Psicopedagogia, à Sociologia e à formação de Assistente Social, respectivamente. Assim, a Clínica era a área de maior *glamour* e interesse”, contextualiza Luiz Alberto.

O presidente da Abrap afirma que o cenário hoje é outro. Houve grande de-

“Diferentes perspectivas em um diálogo, não visando a disputa, mas o levantamento das convergências e diferenças, certamente irá contribuir para que aprendamos mais, afinal nenhuma abordagem é capaz de esgotar todo o fenômeno clínico”

Luiz Hanns

envolvimento da Psicologia Organizacional, da Social, da Escolar e de outras especialidades, e em paralelo constata-se uma certa saturação no mercado de trabalho da área clínica. De modo geral, a profissão de psicólogo começa a ter maior reconhecimento da sociedade e a fazer parte da maioria das políticas públicas. "O psicólogo passou a ser mais valorizado tanto dentro das empresas e escolas quanto nas políticas de intervenção social, desenvolvendo trabalhos em equipes multidisciplinares junto a outros profissionais", explica ele.

Essa diversificação de aplicações da Psicologia não arrefeceu, porém, a busca do público pelo atendimento clínico e a exigência por maior qualidade. Para o psiquiatra, psicoterapeuta e membro da Associação Brasileira de Psiquiatria, Rogério Wolf de Aguiar, todos os psicoterapeutas, independentemente da abordagem, buscam a qualificação e o aperfeiçoamento continuado, mas enfrentam o desafio de transmitir à sociedade a finalidade da Psicoterapia e de diferenciar práticas pautadas pelo rigor metodológico e acadêmico das práticas alternativas calcadas em misticismos, em psicologia popular e fórmulas de auto-ajuda. "Todos sabemos que esse é um campo multiprofissional e multidisciplinar. A grande diversidade de profissionais e abordagens torna difícil, para o público leigo, distinguir um atendimento pautado no conhecimento e na ética, de outras práticas por vezes aplicadas por pessoas despreparadas. É preciso divulgar a Psicoterapia como uma prática que tem resultados - empiricamente já demonstrados por pesquisas científicas -, que melhora a vida das pessoas e que deve ser praticada por profissionais preparados, com uma formação consistente", comenta.

Diálogo - No contexto de crescentes exigências de maior qualificação dos psicoterapeutas e da falta de contato mútuo entre as diversas abordagens, a Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap) tenta estabelecer um diálogo entre os terapeutas das mais diversas linhas e profissões.

Para Luiz Hanns, houve avanços no entendimento dos profissionais em relação aos objetivos da nova entidade, que tem pouco mais de um ano de fundação. "Com a divulgação dos nossos objetivos, criação do estatuto e com o apoio de diversas outras instituições, a Abrap se fortalece como importante meio de interlocução entre os profissionais e um espaço democrático e aberto que pretende contribuir para a melhoria contínua dos estudos e informações sobre o campo da Psicoterapia em geral", diz.

Para que os psicoterapeutas não se restrinjam à convivência dentro das escolas específicas de Psicoterapia e dialoguem com o resto do campo psicoterápico, a entidade realizou uma série de encontros e ciclos de palestras, convidando profissionais das mais variadas linhas de atuação, promovendo amplas discussões clínicas. Agora, a Abrap organiza seu primeiro congresso científico nos dias 10 e 11 de outubro, em Belo Horizonte, intitulado "Tendências Atuais em Psicoterapia - Convergências e Diferenças". O evento reunirá psicoterapeutas brasileiros para discutir questões atuais da teoria e clínica em Psicoterapia propiciando a disseminação de

novos avanços teórico-clínicos. Temas como o mercado de trabalho, legislação e ética serão debatidos.

Para o psiquiatra e analista junguiano Alvaro Ancona de Faria, que também participou da fundação e da diretoria provisória da Abrap, o evento terá importância histórica. "O congresso é uma oportunidade de promover a convergência entre os campos da Psicologia e da Psiquiatria, o que sempre foi uma dificuldade", afirma. "Hoje, mais do que nunca, a continuidade do desenvolvimento do conhecimento sobre a psique implica nessa convergência; os inúmeros prejuízos realizados nos dois campos mostram-se cada vez mais complementares, permitindo uma compreensão muito mais aprofundada e confluyente nos diferentes níveis biológico e psicológico, superando uma dicotomia artificial por muito tempo arraigada", raciocina ele.

No congresso, serão apresentados casos de consultório das mais variadas abordagens, estudos de campo, pesquisas teóricas e epistemológicas, diagnósticos ba-

seados em pesquisas de laboratório entre muitos outros temas. Luiz Hanns espera que o congresso se torne um grande encontro, onde as diversas perspectivas possam dialogar sobre aspectos metodológicos e científicos, bem como sobre problemas profissionais de interesse geral. "Já temos inscrições de trabalhos lacanianos, comportamentais, junguianos, cognitivos, neo-reichianos, etc. O espírito das mesas redondas é colocar as diferentes perspectivas em uma conversa inteligente sem disputa, com o levantamento das convergências e diferenças, o que certamente irá contribuir para que aprendamos mais. Afinal, nenhuma abordagem é capaz de esgotar todo o fenômeno clínico", explica.

"A existência de uma entidade como a Abrap, voltada para essa finalidade e também o próprio congresso certamente irão contribuir para melhorar o trabalho psicoterápico, difundir a informação sobre Psicoterapia e organizar os profissionais para que eles possam transmitir seu trabalho à sociedade de maneira mais afinada", diz Alvaro Ancona. ●

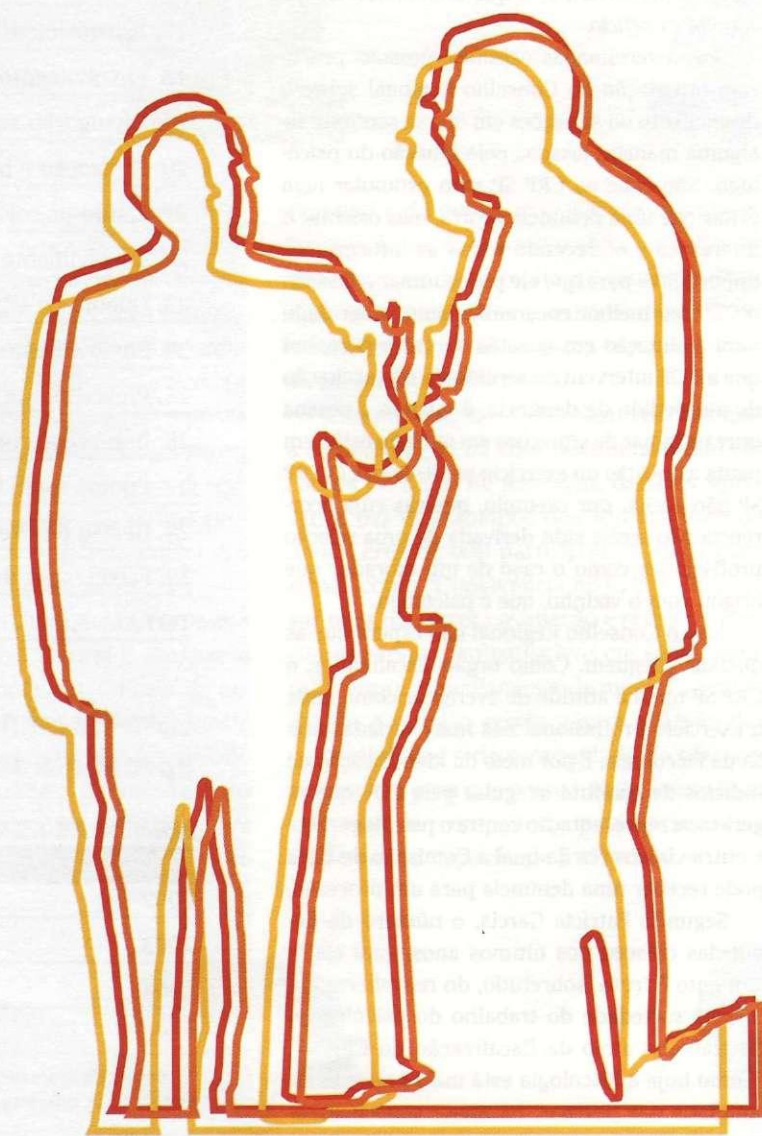
I Congresso Científico da Abrap

A idéia é tornar anual o congresso, evento conjunto da Abrap com o Departamento de Psicoterapia da Associação Brasileira de Psiquiatria, o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de São Paulo e de Minas Gerais. A Abrap pretende também oferecer aos associados ciclos mensais de palestras sobre temas de interesse geral. A entidade prepara-se para, em breve, ser um centro de informações sobre temas ligados à Psicoterapia, oferecerá um jornal eletrônico com resenhas das pesquisas mais recentes no campo da Psicoterapia, terá um banco de dados que trarão descrições sistematizadas sobre as inúmeras e muitas vezes desconhecidas abordagens, informações gerais sobre o mercado de trabalho, e um banco de dados com informações sobre as regulamentações da Psicoterapia implementadas em outros países, descrevendo os problemas, o impacto sobre o mercado de trabalho e os debates ocorridos nestes países. Também terá em seu site informações gerais para pacientes e leigos.

Informações: I Congresso da Abrap (www.abrap.org)

R. Sergipe, 401 Cjto 1008 Higienópolis, São Paulo - SP, CEP 01243-001.

Tel: (11) 3255-9062. Email: abrap@abrap.org



Procedimentos Disciplinares Éticos: ferramentas que garantem o bom exercício da profissão



Entenda o percurso das denúncias dentro da Comissão de Ética do CRP SP e como isso pode ajudar no trabalho do psicólogo e possibilitar um bom atendimento profissional à sociedade

Falar em processo ético é tocar em um assunto delicado que muitas vezes causa mal-estar entre os profissionais. Mas o que acontece dentro da Comissão de Ética do Conselho de Psicologia de São Paulo é uma análise criteriosa de processos para, muito mais do que punir, esclarecer uma situação ou circunstância que, por diversos motivos, resultou em queixa de uma das partes envolvidas.

Patrícia Garcia, presidente da Comissão de Ética do CRP SP, explica que o processo pode ser motivado por denúncias de natureza diversa, as quais são avaliadas apenas em casos em que a situação se refere ao exercício da profissão. Ainda que as denúncias devam ser endereçadas à Presidente do Conselho, elas geralmente são previamente analisadas para agilizar o processo. Ou seja, a denúncia assim que chega ao CRP SP é analisada no sentido de se verificar que está devidamente formalizada. Assim, se, por exemplo, houver a falta da assinatura do proponente, o material é imediatamente devolvido para receber a devida assinatura e assim chegar em condições adequadas para que a Comissão de Ética possa acolhê-la.

Em geral, a denúncia é feita por uma pessoa que se identifica, oferece as devidas informações a respeito do profissional em questão e descreve sucintamente a situação que considerou antiética. A outra situação é quando alguém não quer se identificar e indica uma irregularidade que é investigada pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Se realmente existir indício de infração ética, o próprio CRP SP se torna o denunciante, o que é chamado de *denúncia ex-officio*.

Em determinadas ocasiões, pessoas procuram orientação no Conselho Regional sobre o desconforto ou situações em que se sentiram de alguma maneira lesadas pela atuação do psicólogo. Não cabe ao CRP SP nem estimular nem evitar que uma denúncia ocorra, mas orientar o interessado, oferecendo todas as informações importantes para que ele possa tomar a decisão quanto ao melhor encaminhamento a ser dado para a situação em questão. O único caso, em que a COF intervém no sentido da não aceitação de um pedido de denúncia, é quando a pessoa quer reclamar de situações em que não estão em pauta a questão do exercício profissional. O CRP SP não aceita, por exemplo, queixas cuja ocorrência não tenha sido derivada de uma relação profissional, como o caso de um morador que brigou com o vizinho, que é psicólogo.

Mas o Conselho Regional não espera que as queixas cheguem. Como órgão fiscalizador, o CRP SP toma a atitude de averiguar como anda o exercício profissional nas mais variadas áreas da Psicologia. É por meio da identificação de indícios de conduta irregular pela COF que se gera uma representação contra o psicólogo. Esta é outra via através da qual a Comissão de Ética pode receber uma denúncia para um processo.

Segundo Patrícia Garcia, o número de denúncias cresceu nos últimos anos. Para ela, o aumento é fruto, sobretudo, do reconhecimento pela sociedade do trabalho do psicólogo e do trabalho ativo da fiscalização do CRP SP. "Como hoje a Psicologia está mais presente no cotidiano das pessoas, há maior conscientização por parte dos cidadãos a respeito do papel

Levantamento dos procedimentos disciplinares éticos que estão em tramitação atualmente no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Procedimento Disciplinar Ético: temática das denúncias apresentadas

Fase Preliminar (PDE FP)	
1. Laudo psicológico	41
2. Equipe multidisciplinar	04
3. Quebra de sigilo	08
4. Psicotécnico	47
5. Encaminhamento	01
6. Publicidade inadequada sobre desligamento de psicólogo do quadro profissional	01
7. Publicidade e atuação referente às práticas não reconhecidas	16
8. Divulgação sensacionalista	03
9. Atendimento familiar inadequado	04
10. Envolvimento material	04
11. Prestação de serviços via internet	03
12. Manejo inadequado da relação terapêutica	08
13. Divulgação inadequada de prestação de serviços através TV e rádio	02
14. Honorários	01
15. Diagnóstico sem fundamentação	01
TOTAL	146

Processo Ético (PE)	
16. Abuso sexual no <i>setting</i> terapêutico	02
17. Psicotécnicos	03
18. Envolvimento emocional	02
19. Divulgação sensacionalista de prática psicológica	02
20. Utilização e publicidade de práticas não reconhecidas	15
21. Laudo psicológico	19
22. Envolvimento material	07
23. Quebra de sigilo	02
24. Envolvimento íntimo e sexual	03
25. Prescrição de medicamentos	02
26. Indiferença profissional com paciente (convênio)	01
27. Equipe multidisciplinar	01
28. Desvio de cliente	01
29. Falsificação de documentos	01
TOTAL	61

Levantamento das representações (denúncias) apresentadas no CRP SP

NÚMERO DE REPRESENTAÇÕES REGISTRADAS:

ANO	Nº REPRESENTAÇÕES (DENÚNCIAS)
2002	34
2003	56
2004	104
2005	32*

* Número de representações encaminhadas ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo no ano de 2005 refere-se ao período de janeiro à abril do mesmo ano.

profissional do psicólogo e do seu campo de atuação”, explica.

Os casos mais comuns de denúncia, segundo Patrícia, referem-se a laudos psicológicos. “Além do fato de alguns laudos realmente serem mal elaborados, outro motivador é a insatisfação com o resultado da avaliação contrariando a expectativa de parte dos envolvidos”, diz. Outro campo fértil de irregularidades identificado pela fiscalização do CRP SP são as clínicas para a obtenção das carteiras de habilitação. Não é raro que as avaliações psicológicas realizadas ali resultem em muitos procedimentos disciplinares.

Tramitação – Depois que a representação chega à Comissão de Ética, começa a tramitação processual. Primeiro, o psicólogo é contatado para que ele apresente esclarecimentos (defesa prévia) quanto aos fatos apresentados na denúncia. O profissional, nesse momento, deve fornecer os subsídios teóricos e técnicos que embasaram suas intervenções. Após a defesa prévia, toda documentação é apreciada pela Comissão de Ética, que elabora um parecer acerca da conduta profissional ética do psicólogo no que diz respeito às circunstâncias denunciadas.

O parecer pode ter dois encaminhamentos: a sugestão de arquivamento do procedimento disciplinar ético pelo entendimento de que a defesa foi esclarecedora, havendo fundamentação teórico-técnica da intervenção em questão, justificando a não existência de falta ética; e a sugestão de instauração de processo ético, quando se avalia que há indícios de infração ao Código de Ética Profissional.

Em seguida, o parecer é apresentado à plenária formada por vários conselheiros que analisam o caso de forma global. Da plenária, sai a

decisão de instaurar ou não o processo ético. Após a plenária, as partes envolvidas, informadas da deliberação, podem solicitar uma reavaliação com a apresentação de novos fatos ou argumentos. Os elementos são levados em consideração em outra plenária. É no momento em que se ratifica a decisão de nova plenária, que efetivamente se inicia o Processo Ético (PE), recebendo nova numeração. Até então, o que estava tramitando era a Fase Preliminar do Procedimento Disciplinar Ético (PDE FP).

O denunciado, após instauração do processo, terá mais uma vez oportunidade de apresentar sua defesa por escrito, através de depoimentos, testemunhas e provas que corroborem sua conduta ética. Determinada a finalização da instrução processual, as partes terão a oportunidade de apresentar suas alegações finais. Tendo sido apresentadas tais alegações, a plenária indica um conselheiro relator que fará a análise de todo o processo e fará o seu relatório de julgamento.

O julgamento é feito em plenária composta por 15 conselheiros, quando então o relator do processo faz a leitura do seu relatório, na presença dos denunciadores e denunciados, que podem estar acompanhados de seus respectivos advogados de defesa. As partes, nesta fase, também têm direito a se pronunciar. No caso de condenação, podem ser estabelecidas as seguintes punições: advertência, multa, censura pública com veiculação da pena no diário oficial, em jornal de grande circulação da cidade onde o psicólogo atua e no jornal do CRP SP, suspensão do exercício profissional por 30 dias e, nos casos extremos, a cassação do registro para o exercício profissional. Importante dizer que, nos casos nos quais a penalização estabele-

lecida é suspensão ou cassação, também há a veiculação nos meios anteriormente citados.

Deferido o julgamento, ainda existe a instância do Conselho Federal de Psicologia a quem as partes podem recorrer. O CFP recebe os dados e analisa novamente o processo. Naqueles em que há a decisão de pena de suspensão ou cassação do registro, mesmo que não haja recurso, a documentação também é encaminhada ao Conselho Federal para que a decisão seja referendada. Toda tramitação é procedimento longo e pode se estender até por 60 meses.

Patrícia Garcia ressalta que o principal objetivo dos procedimentos disciplinares éticos não é o de promover uma “caça às bruxas”, mas o de garantir o bom trabalho do psicólogo. “Ninguém está ileso de passar por um processo ético, já que as formas de pensar e as concepções do trabalho são bastante variadas. Entretanto, o profissional que exerce sua atividade de maneira ética e responsável não terá problema em apresentar sua defesa e esclarecer que em sua atuação não houve conduta antiética”, tranquiliza Patrícia.

Para que os profissionais conheçam melhor a origem dos processos éticos e estejam atualizados em relação à legislação, um dos subgrupos da Comissão Gestora da subseção do Grande ABC do CRP SP, coordenado pela psicóloga Shirley Aparecida Ribeiro, está estruturando um trabalho para a divulgação dos principais motivos que geram processos dentro do conselho. “A idéia é promover eventos para os profissionais da região e para estudantes de Psicologia nas universidades, no sentido de despertar reflexão e apropriação dos conteúdos das denúncias. Em um trabalho preventivo, esperamos diminuir a repetição dessas ocorrências”, aposta ela. ●

Processos Éticos

Psicólogo em equipe multiprofissional

B. atuava como psicólogo numa equipe multiprofissional de uma instituição. Várias pessoas atendidas se queixaram da baixa qualidade de seu trabalho e da não resolutividade dos casos. Outra reclamação freqüente era este não fornecer devolutiva ou orientação aos pacientes e/ou responsáveis.

Os profissionais da equipe observaram que B. não fazia - ou fazia parcialmente -, anotações nos prontuários das pessoas atendidas. Seus encaminhamentos eram considerados contrários aos do grupo como remeter informações à outra instituição desconsiderando o entendimento da equipe como um todo e a compreensão desta sobre os casos, bem como desconsiderando também as garantias relativas ao sigilo, expondo os pacientes através de relatos desnecessários dos atendimentos. Notaram ainda a falta de encaminhamento dos atendidos para outros profissionais, quando necessário.

Tais condutas remetem-nos aos seguintes dispositivos do Código de Ética Profissional:

Das responsabilidades gerais do psicólogo

Art. 1º São deveres fundamentais do psicólogo:

- a) assumir responsabilidade somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoalmente e tecnicamente;*
- c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional;*
- d) sugerir serviços de outros profissionais, sempre que se impuser a necessidade de atendimento e este, por motivos justificáveis, não puder ser continuado por quem o assumiu inicialmente.*

Das relações com outros profissionais ou psicólogos

Art. 12º O psicólogo procurará no relacionamento com outros profissionais:

- b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização profissional, encaminhando-os às pessoas habilitadas e qualificadas para sua solução.*

A situação relatada nos conduz à reflexão sobre a importância do diálogo com a equipe e da qualidade nos serviços prestados. Um trabalho multiprofissional deve envolver o compartilhamento de informações e a discussão dos casos. Ressalte-se ainda que devem ser feitos os encaminhamentos a outros profissionais sempre que necessário, independente da área envolvida.

Art. 2º Ao psicólogo é vedado:

- m) adulterar resultados, fazer declarações falsas e dar atestado sem a devida fundamentação técnico-científica;*
- n) estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento.*

Na elaboração de documentos, devem ser considerados os encaminhamentos sugeridos pela equipe. A dispensa de pessoas atendidas pelo psicólogo, quando há necessidade de avaliação de outros profissionais, aponta para uma negligência do profissional diante do caso, podendo causar prejuízos à pessoa atendida.

Art. 3º São deveres do psicólogo nas suas relações com a pessoa atendida:

- a) dar à(s) pessoa(s) atendida(s) ou, no caso de incapacidade desta(s), a quem de direito informações concernentes ao trabalho a ser realizado.*

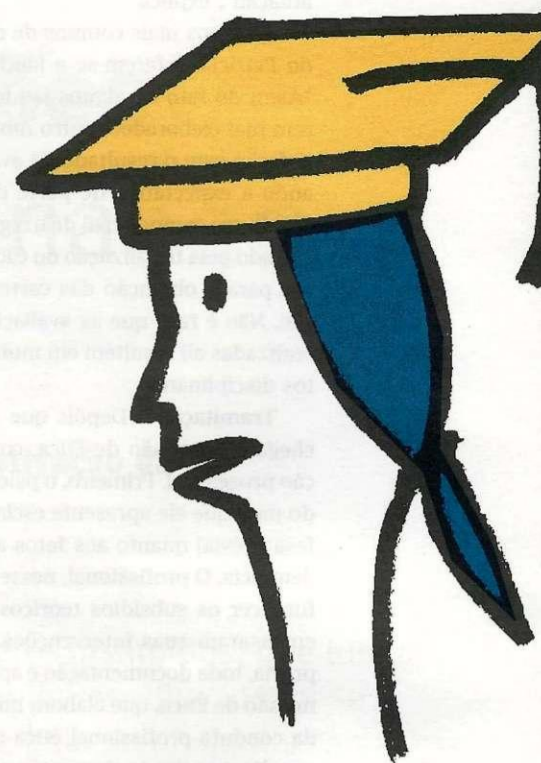
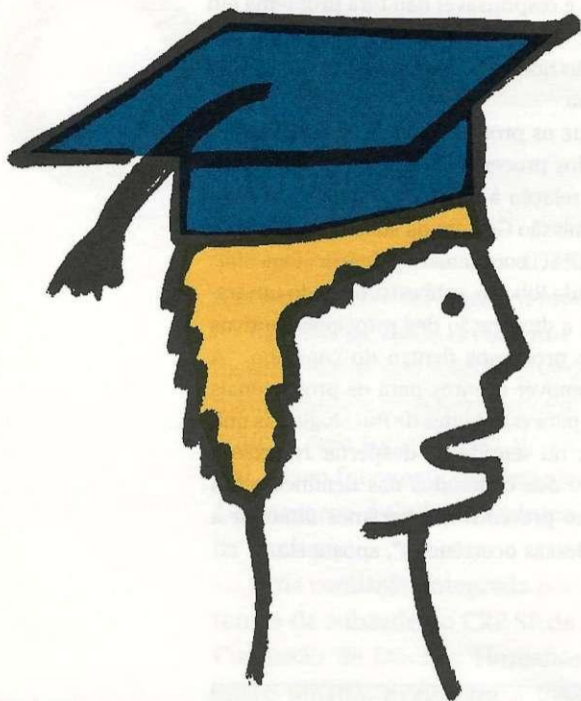
É importante frisar que os atendidos ou responsáveis deverão ser informados sobre a problemática e a proposta de trabalho. O usuário tem direito a receber informações sobre como será o atendimento, finalização e orientação. Em sendo o prontuário um instrumento de comunicação com a equipe, é fundamental que sejam registradas as informações que possam auxiliar nos trabalhos referentes à pessoa atendida, atentando o psicólogo para o caput do artigo 23 do Código de Ética Profissional.

Art. 23º Se o atendimento for realizado por psicólogo vinculado a trabalho multiprofissional numa clínica, empresa, instituição ou a pedido de outrem, só poderão ser dadas informações a quem as solicitou, a critério do profissional, dentro dos limites estritamente necessários aos fins a que se destinou o exame.

Esses são aspectos fundamentais que dizem respeito ao dever profissional do psicólogo e que indicam a qualidade do trabalho ofertado por este profissional.

Novos rumos para os cursos de Psicologia

Abep realiza encontro e discute Diretrizes Curriculares e Reforma Universitária



Mudanças estruturais do ensino superior começam a ser implementadas em função das diretrizes curriculares aprovadas em fevereiro de 2004 e da reforma universitária que se processa no país. As repercussões na qualidade da formação profissional e a forma de adequação dos cursos fazem parte da agenda de debates na Psicologia e farão parte da pauta de discussão do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos da Psicologia, que vai acontecer de 7 a 10 de setembro na PUC-SP. O tema é "Formação em Transformação em Formação..."

Inara Leão, presidente da Abep, diz que as temáticas próprias de áreas específicas de atuação dos psicólogos são as que merecerão maiores reflexões. A associação, que tem se pautado em discutir as propostas apresentadas pelas instituições de ensino superior e ser um interlocutor entre a categoria e o Conselho Nacional da Educação, acredita que as novas diretrizes, mesmo sendo resultado de inúmeros encontros e propostas apresentadas pelas entidades de Psicologia nos últimos seis anos, precisam ser apreciadas pelo conjunto das IES em particular no que se refere às ênfases curriculares e aos eixos estruturantes. Ela defende, no entanto, que as mudanças sejam aplicadas pelos cursos respeitando as condições de suas respectivas regiões.

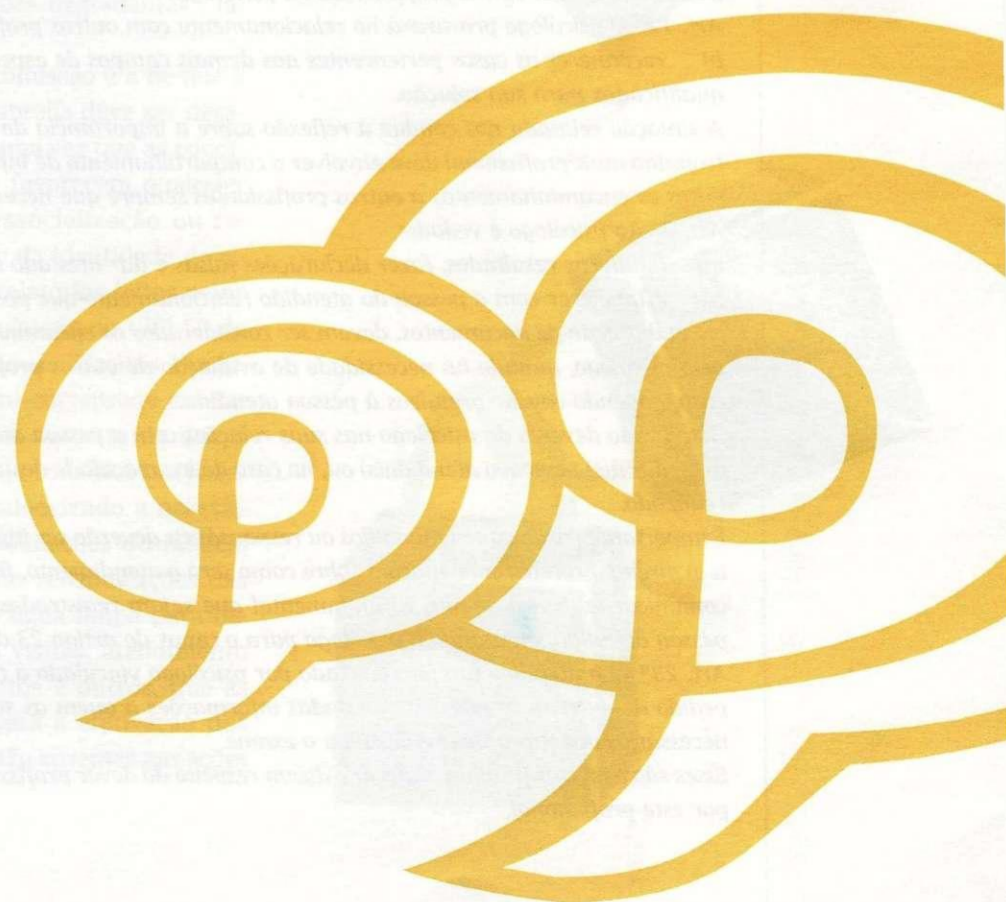
"Como uma entidade nacional, a Abep faz a defesa do caráter generalista dos cursos, dando especial relevância aos conteúdos do núcleo comum. Acreditamos

que a descrição de competências e habilidades devem ser cuidadosamente avaliadas. Se forem muito restritivas ou pontuais, as disciplinas, que duram anos na formação profissional, podem trazer dificuldades posteriores para os alunos na medida em que não são atualizadas na mesma velocidade com que a realidade se transforma", explica.

Pelas diretrizes aprovadas, cada instituição poderá organizar em seu curso subconjuntos de competências e habilidades, articuladas ao redor de seus eixos estruturantes, definindo domínios da Psicologia que concentrarão atividades, estudos e estágios. Entre esses domínios, coloca-se, como possibilidade de escolha institucional, a ênfase em processos de investigação científica que permitirá a concentração em habilidades e competências de pesquisa, capacitando o formando para conceber, conduzir e relatar investigações científicas de diferentes naturezas. Outras possibilidades de ênfases sugeridas pelas diretrizes abordam processos educativos, de gestão, prevenção e promoção da saúde,

processos clínicos de avaliação, aconselhamento e psicoterapias. Salienta-se, no entanto, que cada curso poderá definir e criar outras ênfases atendendo a abrangência da área e as inúmeras possibilidades de avanço do conhecimento e ação psicológicas.

As diretrizes salientam que as ênfases devem ser suficientemente abrangentes para não constituírem especializações, mas assegurar o respeito às singularidades institucionais, às vocações específicas e aos contextos regionais. As novas diretrizes pressupõem que - pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, de práticas e de contextos de inserção profissional -, a formação do Psicólogo deve incluir as ênfases curriculares como possibilidade de maior entendimento de determinado aspecto. De acordo com as diretrizes, as ênfases se configuram em "oportunidade de concentração e aprofundamento de estudos em algum domínio de atuação profissional, circunscrevendo um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos que estabelece a di-





V Encontro Nacional da Abep

Em razão das novas exigências curriculares para os cursos de graduação, da Reforma Universitária perto de ser concluída, da luta pela sua reinserção no Ensino Médio, a Psicologia no Brasil vive um período de transição. Essas mudanças serão discutidas no V Encontro Nacional da Abep (Associação Brasileiro de Ensino de Psicologia), que acontecerá entre os 7 e 10 de setembro deste ano, em São Paulo, com o tema "Formação em Transformação em Formação..."

Psicólogos e estudantes, professores e entidades da Psicologia vão se reunir em Mesas Redondas para debater quatro eixos, que são considerados principais da área: "Ensino da Psicologia", "Psicologia como Profissão e Decorrências para o Ensino", "Contribuições de Outras Áreas de Conhecimento para o Ensino da Psicologia" e "Questões Sociais Importantes para a Qualificação dos Cursos de Psicologia".

A entidade espera abordar ainda a questão das perspectivas do ensino universitário no Brasil e formar um fórum de debate sobre a Reforma Universitária para discutir propostas levadas pelos participantes.

Segundo Inara Leão, presidente da Abep, o objetivo do encontro é enfatizar o desenvolvimento do ensino da Psicologia, recolhendo dados sobre o mercado de trabalho, sobre experiências educacionais de formação, sobre aplicações do conhecimento que possam auxiliar na solução de problemas nacionais e outras informações necessárias e importantes para a qualificação dos cursos.

"Queremos discutir como estão as atividades de reformulação dos cursos para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação", diz Inara. A Abep está aberta para que os profissionais da área, que já tenham pensado em algo sobre esses temas, inscrevam seu trabalho no V Encontro Nacional.

Para os participantes que não irão apresentar trabalhos (mesa redonda e/ou comunicação oral) a inscrição é concluída após pagamento da taxa de inscrição. Além das atividades de caráter científico e técnico, o Encontro Nacional da ABEP é momento para eleição da diretoria. Todos os sócios que estiverem adimplentes deverão comparecer para votar e todos podem concorrer à diretoria. Basta inscrever a sua chapa.

Núcleo - São Paulo, que vai sediar pela primeira vez o encontro, passará a contar com um núcleo da Abep, o terceiro da entidade, que já dispõe de unidades em Florianópolis e Belo Horizonte. A proposta dos núcleos foi pensada e executada em razão do tamanho do país. A entidade considerou ser muito difícil atuar de maneira eficiente se não houver o envolvimento de pessoas de cada região. Com os núcleos, a Abep estará mais presente nas discussões locais sobre formação.

V Encontro Nacional da Abep – Formação em Transformação em Formação...

Local PUC São Paulo

Data 07 a 10 de setembro de 2005

Horário das 8h30 às 18h00

Inscrição de Trabalho www.abepsi.org.br/encontro/login.aspx

Informações www.abepsi.org.br/encontro



ferenciação a ser impressa na formação".

Sobre os eixos estruturantes, Inara Leão diz que é necessário que os cursos observem os fundamentos epistemológicos e históricos que permitam ao formando avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia. Segundo ela, outros aspectos que precisam ser considerados são: os fundamentos teórico-metodológicos que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível; os procedimentos para

a investigação científica e a prática profissional, de forma a assegurar o domínio de instrumentos de intervenção e competência para adequá-los a contextos de investigação; os processos psicológicos, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características; as interfaces com campos afins do conhecimento para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, hu-

manos e sociais; e as práticas profissionais voltadas à multidisciplinaridade e à inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

A coordenadora do curso de Psicologia da Universidade de Ribeirão Preto, Profa. Dra. Teresinha Pavanello G. Costa, também é da opinião de que a revisão das ênfases curriculares foi bem recebida. "Ao adequarmos as ênfases dos cursos às características da região, temos a possibilidade de formar profissionais mais preparados para trabalhar com a realidade da nossa comunidade e assim desenvolver um papel mais efetivo e eficiente", diz ela.

Outra importante proposta de mudança para a melhoria do ensino nos cursos de Psicologia é a organização dos conteúdos curriculares em eixos estruturantes. Esses eixos, segundo Teresinha, permitem uma melhor estruturação do curso e sinalizam os pontos em que a Psicologia como profissão e desenvolvimento precisa de maior dedicação.

Todas essas mudanças exigem dos cursos uma série de adaptações. Teresinha acredita que instituições de ensino que não anteciparam as mudanças nos últimos anos sofrerão mais para passar pela transição. "As universidades que já se pautam nas novas Diretrizes Curriculares estão se adaptando com mais facilidade do que as que ainda oferecem as divisões por disciplinas", diz. O V Encontro Nacional da Abep será oportunidade de as IES trocarem informações de como elas estão lidando com as mudanças (veja box). ●



Publicidade: como anunciar corretamente os serviços psicológicos

O profissional deve ficar atento para não ferir o Código de Ética

Tão comuns como os problemas do dia-a-dia são as soluções anunciadas nos meios de comunicação. A liberdade do cidadão de oferecer seus serviços é assegurada por lei e todos devem ter direito de usufruir deles. O problema começa quando, junto a metodologias alternativas, o serviço divulgado é oferecido por alguém que se intitula psicólogo.

O profissional, no momento de divulgar seus serviços, independentemente dos meios que utilizar, deve observar uma série de aspectos para não contrariar normas do Conselho Federal de Psicologia e artigos do Código de Ética. Segundo a presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Chica Guimarães, uma das mais freqüentes irregularidades encontradas em anúncios de psicólogos é a que associa a prática clínica a outras atividades ou recursos não reconhecidos pelo CFP, como reiki, leitura de cartas, aromaterapia, etc. De acordo com a Resolução 010/97 de 20 de outubro de 1997, tanto o exercício dessas práticas quanto o uso delas como chamariz publicitário não são permitidos aos psicólogos.

A conselheira Chica chama a atenção para outro ponto. O profissional não pode assegurar um prazo ou dar certeza quanto à solução do problema do paciente, já que dentro da Psicologia não há como garantir a efetividade do trabalho.

Além disso, a autodenominação de doutor e o uso de atrativos para angariar clientes, como baixos honorários, também são inadequações comuns encontradas na publicidade dos profissionais. Doutor é uma denominação utilizada especificamente para aqueles que obtiveram a titulação acadêmica, embora seja de uso comum dentre os advogados e médicos. O Código de Ética orienta que é vedado ao psicólogo o uso de títulos que não possui.

Fique de olho

O artigo 38 do Código de Ética Profissional do Psicólogo veda ao psicólogo:

- Utilizar o preço do serviço como forma de propaganda;
- Participar como psicólogo de quaisquer atividades através dos meios de comunicação, em função unicamente de autopromoção;
- Fazer previsão taxativa de resultado;
- Propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidos pela prática profissional.

Já a Resolução do CFP N° 010/97 declara em seu 1° artigo que:

É permitido ao psicólogo, no exercício profissional, na divulgação e publicidade, através dos meios de comunicação, vincular ou associar o título de psicólogo e/ou ao exercício profissional, somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

Sobre os honorários, Chica diz que o Código de Ética do Psicólogo não prevê valores, mas fornece critérios que servirão de base para estabelecer os honorários do profissional. Os honorários devem representar justa retribuição de serviços prestados conforme as características das atividades desenvolvidas. "Usar o preço da consulta para atrair clientela é antiético e pode servir de base para uma denúncia", alerta.

Outro aspecto que deve ser observado: ao divulgar seus serviços, o psicólogo precisa respeitar as diferenças entre as áreas e não invadir outras especialidades. "Embora saibamos que existem doenças ocasionadas por problemas psicológicos, como os casos psicossomáticos, não podemos oferecer nossos serviços para solucionar problemas físicos que são competência dos médicos", exemplifica Chica.

Para evitar problemas dessa natureza, o CRP SP orienta os psicólogos a colocar nos anúncios de divulgação de seus serviços apenas sua área de atuação, especialidade e o número do registro no CRP. Todo material de publi-

cidade exige que, em se tratando da divulgação de serviços psicológicos, o profissional se identifique com o número de inscrição junto ao Conselho Regional. Já os sites de serviços psicológicos devem apresentar o selo de credenciamento do CFP (veja matéria na página 3).

Também merece atenção a participação de psicólogos em programas na mídia, o que tem se tornado muito comum. "O psicólogo precisa se acautelar e assegurar que não haverá nenhuma situação de constrangimento, humilhação ou expo-

“Usar o preço da consulta para atrair clientela é antiético e pode servir de base para uma denúncia”

Chica Hatakeyama Guimarães

sição de outras pessoas, ferindo a dignidade humana, o que tornaria inadequada sua participação, já que vai contra os princípios do Código de Ética", aconselha Chica. Nessas ocasiões, cabe ao profissional se ater a divulgar sua opinião enquanto psicólogo dentro das práticas utilizadas e reconhecidas pelo campo da Psicologia. A participação deve ser feita para informar e divulgar a Psicologia e o exercício da profissão de forma fundamentalmente teórica, técnica e ética.

A Comissão de Orientação e Fiscalização, além de receber denúncias da população em geral, fiscaliza essas práticas e as encaminha, quando necessário, para análise da Comissão de Ética. Patrícia Garcia, presidente da Comissão de Ética do Conselho, alerta que o profissional que realizar uma divulgação inadequada de seu trabalho, seja por meio de anúncios ou por meio de participações em entrevistas ou outros programas, estará sujeito a sofrer um processo ético que, em alguns casos, pode acarretar em perda do registro profissional. ●



Sim para o referendo popular pelo desarmamento



Nos últimos vinte anos a violência armada no Brasil aumentou de forma acentuada. Hoje, a cada 15 minutos uma pessoa é vítima de arma de fogo no país. Dentre os jovens, de 15 a 24 anos, essa realidade mostra-se mais assustadora: do total de mortes, 38,8% são cometidas por arma de fogo. Mais do que estatísticas, estamos nos referindo a uma situação de insegurança que amedronta nossa população e que torna urgente a adoção de medidas que possam começar a reverter este quadro.

O desarmamento é uma delas. Percebemos isso, analisando com atenção três aspectos importantes desse quadro: quem mata com arma de fogo e em que condições se dão esses crimes, que tipo de arma é utilizada e a procedência?

Hoje, os homicídios cometidos por armas de fogo acontecem, na maioria das vezes, por um impulso, entre pessoas que se conhecem e muitas vezes por motivos fúteis. A presença da arma tem relação direta com esses crimes, na medida em que transforma o conflito ou briga corriqueira em assassinato. Segundo o sociólogo Guaracy Mingardi, autor de uma pesquisa sobre violência na zona sul de São Paulo, em 46% dos homicídios cometidos naquela região, autor e vítima mantinham uma relação prévia.

As armas que matam em nosso país são produzidas no Brasil, têm origem legal e calibre permitido. Para se ter uma idéia, num levantamento realizado pelo ISER (Instituto de Estudo da Religião), com 225.000 armas acauteladas no Estado do Rio de Ja-

neiro, 80% das armas usadas em crimes eram curtas e 76%, fabricadas no Brasil.

Pode se perceber pela pesquisa que as armas seguem um fluxo a partir do legal para o ilegal. Isso significa que saem das fábricas brasileiras dentro da lei e em algum momento migram para abastecer o mercado ilegal. Boa parte destas armas é desviada por empresas de segurança, pela polícia ou roubada e furtada. Segundo a Polícia Federal, só em 2003, 40.000 armas foram roubadas no país. Outras, porém, exportadas para países fronteiriços que não têm controle rigoroso, voltam ilegalmente para o Brasil.

Além de tudo isso, todos os dias uma pessoa é vítima de acidente com arma de fogo no Brasil. Nesses casos, as crianças são as maiores e potenciais vítimas.

A Campanha do Desarmamento, que acontece desde julho de 2004, já recolheu

cerca de 360 mil armas em todo o Brasil, sendo mais de 110 mil só em São Paulo, e os resultados já podem ser percebidos. No Estado de São Paulo, o número de homicídios caiu 18,5% e a quantidade de armas nas ruas, 24%. O número de armas roubadas também diminuiu no país: Se em 2003 foram registradas 40.000 armas roubadas, em 2004, esse número foi reduzido para 15.000.

Os dados provam que o controle das armas em circulação e a proibição de sua comercialização salvariam milhares de vidas todos os anos.

Para que isso aconteça, todos os artigos do Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2004, têm que ser colocados em prática. E um dos primeiros passos para isso será a realização do Referendo Popular em outubro deste ano, que vai perguntar a todos os eleitores brasileiros: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?".

Beatriz Cruz

Jornalista e Coordenadora de Projeto Rede pelo Desarmamento, Instituto Sou da Paz, Rua Luiz Murat, 260, Vila Madalena, Fone/fax 3812-1333

TSE confirma referendo sobre venda de armas

O presidente em exercício do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Carlos Madeira, confirmou no dia 7 de julho que, a consulta popular sobre a proibição da venda de armas de fogo, será realizada no dia 23 de outubro.



ECA comemora 15 anos de lu e adolescentes

Os desafios do estatuto não são apenas os de superar ranços do antigo Código de Menores e os de pôr em p



A sociedade brasileira cultivou por décadas a idéia de que crianças e adolescentes eram “incapazes”, ignorando-os até no aspecto legal. A transição desse conceito para a compreensão de que os direitos se estendem a todos e não só a quem é considerado contribuinte coincidiu com a abertura política no Brasil e com a aprovação de leis democráticas e humanistas, a começar pela Constituição Federal de 1988. O amadurecimento da sociedade e a introdução de saberes científicos e sociológicos à elaboração de princípios legais foram terra fértil para a aprovação da lei n° 8069/90, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA comemorou, entretanto, no dia 13 de julho, seus 15 anos de vida sob ameaça dos defensores do antigo Código de Menores. Correm na Câmara dos Deputados projetos de lei que propõem a redução da maioridade penal e mudanças no ECA, uma das peças jurídicas mais modernas do mundo.

O estatuto, versão brasileira da Convenção das Nações Unidas do Direito da Criança, está inserido em um processo histórico internacional de afirmação dos direitos humanos. Sua legitimidade foi afirmada ao longo da construção de seus 267 artigos, os quais receberam a contribuição de diversos segmentos da sociedade, entidades ligadas à juventude, Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e especialistas da área social.

Um dos campos que veio contribuir para essa mudança foi o da Psicologia. Hoje, de maneira mais afirmativa, os psicólogos, que atuam na área da infância e juventude, buscam aplicar em seus serviços dentro das instituições públicas, em conjunto com outras disciplinas, a defesa dos direitos humanos e o olhar da subjetividade do adolescente e da criança.

Para Débora Cristina Fonseca, conselheira do CRP SP e pesquisadora na área da adolescência, essa é uma diretriz que o psicólogo deve seguir. “Notamos que os profissionais das mais diversas áreas, que trabalham diretamente com os adolescentes, ainda acreditam que o estatuto trouxe direitos desprovidos de deveres, o que não é verdade. O ECA também prevê obrigações ao Estado, à sociedade e ao próprio jovem”, esclarece. “As medidas socioeducativas, a prestação de serviços à co-

munidade, a reparação do dano e, em casos mais graves, a privação da liberdade são graduações de responsabilização do adolescente”, acrescenta. Ela lamenta, porém, que as medidas socioeducativas geralmente não sejam colocadas em prática. “Após cometer diversos atos infracionais, o adolescente é enviado a instituições prisionais como a Febem, sem que tenha existido uma tentativa anterior de reeducá-lo”, pondera.

Segundo a também psicóloga e professora da USP Leste, Patrícia Junqueira Grandino, os adultos ainda não se livraram das amarras conservadoras e têm dificuldades de estabelecer um diálogo para conhecer melhor as necessidades dos jovens, sobretudo, os infratores. Segundo ela, as novas gerações já nascem mergulhadas na realidade, na qual elas se reconhecem e reivindicam seus direitos, enquanto os adultos não estariam conseguindo ocupar seu lugar de autoridade. “Todas as propostas de alterar o ECA só denunciam a incapacidade do mundo adulto de reconhecer o sujeito de direito, que crianças e adolescentes já conquistaram”, diz.

Para Patrícia, desfigurar o estatuto faz parte de um movimento retrógrado de impor limites ao que já não é possível ou tolerado num mundo em que se pressupõe o estado de direito. “A sociedade não consegue aceitar a juventude da maneira como ela se coloca hoje e fica querendo criar mecanismos coercitivos. Eu condeno qualquer uma dessas medidas até porque o estatuto, em toda a sua complexidade, ainda não foi totalmente colocado em prática”, afirma.

O juiz regional da Infância e Juventude de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, João Batista Costa Saraiva, explica que, nesses 15 anos, o estatuto foi responsável por mudanças significativas na vida de crianças e adolescentes em todo o Brasil e serviu de exemplo como um dos melhores e mais modernos sistemas de política pública do mundo. Mas, apesar de avançado, o ECA esbarra em problemas fundamentais que dificultam a aplicação de seus princípios, alimentando o discurso de seus opositores.

Seus 15 anos parecem não ter sido o bastante para que políticas públicas fossem implementadas de maneira eficiente e em número suficiente para atender as demandas. Para ele, as imperfeições permitem a

ta pelos direitos das crianças

ca seus artigos. Projetos de lei, que tramitam no Congresso Nacional, propõem desfigurar seus princípios

continuada violação dos direitos humanos e situações como as da Febem de São Paulo, sempre em volta de rebeliões.

O juiz comenta que a sociedade ainda carrega o "DNA" do paradigma da incapacidade. "As crianças e adolescentes não estão sendo considerados senhores e sujeitos de sua própria vida", acredita. Para o magistrado, enquanto eles não forem tratados como titulares de direitos e deveres, a sociedade estará se envolvendo em discussões equivocadas como propostas que pedem a redução da maioria penal. "O ECA traz em si as soluções para o enfrentamento das questões de violência cometida por crianças e adolescentes, como a aplicação das medidas socioeducativas. Mas infelizmente a política do encarceramento, herdeira do Código de Menores, ainda é a única política de combate à delinquência juvenil", critica.

Para João Batista Saraiva, conferencista conhecido em todo o País sobre o tema direitos da infância e juventude e que atuou como juiz da Vara das Execuções das Medidas Socioeducativas de Porto Alegre entre 1991 e 1994, avançado não é o mesmo que imutável. Ele defende algumas alterações no estatuto para o próprio bem de sua aplicabilidade. "A lei tem que ser dinâmica e se adequar à realidade do país. Alguns artigos do ECA possibilitam interpretação dúbia, o que dificulta a tomada de ações efetivas por parte do poder público", afirma. Ele cita o artigo 98 do estatuto, que trata da definição da situação de risco e que deveria ser melhor explicitado. Esse artigo poderia ser interpretado de maneira errônea ao considerar a pobreza como situação de risco, permitindo a retirada de crianças e adolescentes do convívio familiar e as abrigando em instituições. "O perigo é tornar o abrigamento uma política pública que substitui os programas de atendimento à família carente", adverte.

O juiz também acredita que falta ao estatuto um olhar diferenciado ao jovem adulto, aquele que ainda é responsabilizado por atos cometidos na adolescência. "Esse jovem não pode ser colocado no mesmo espaço e receber o mesmo atendimento dos jovens com menos idade. Uma mudança do ECA nesse sentido traria inúmeros benefícios", acredita.

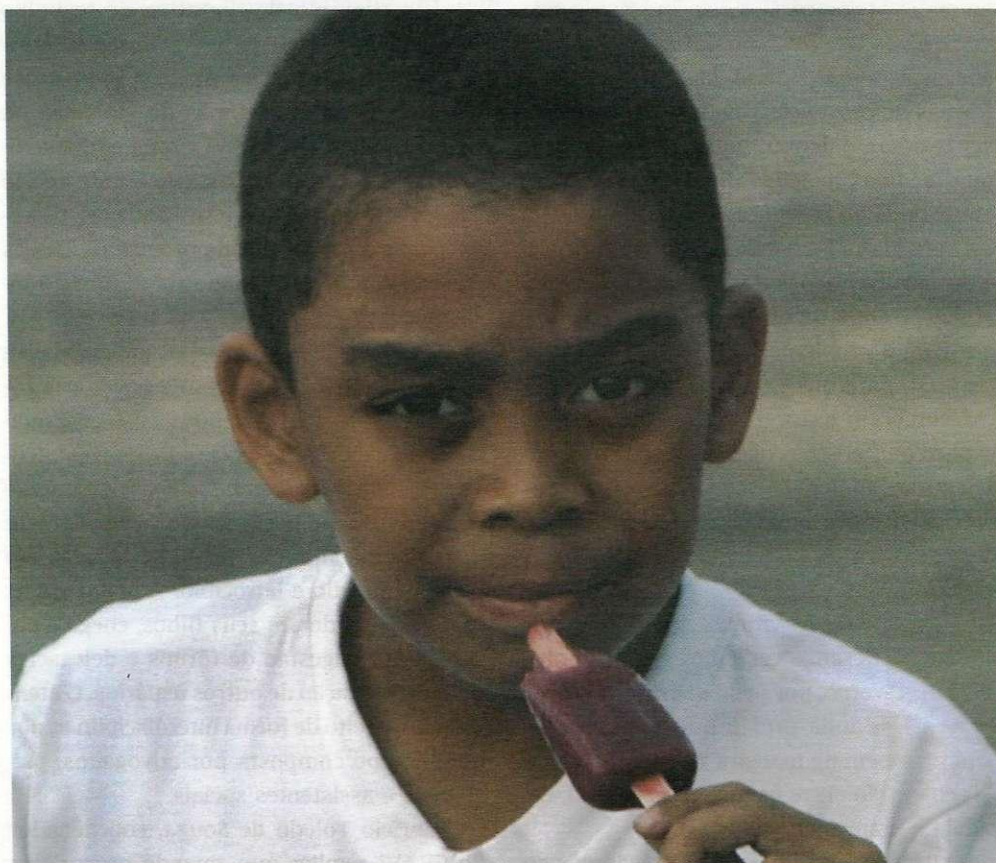
Apesar desses desafios, a conselheira

Débora Fonseca vislumbra avanços para os próximos anos se os segmentos de defesa dos direitos humanos, a começar pelos profissionais da Psicologia, não esmorecerem. "Fazer valer o ECA é uma batalha que os psicólogos têm que enfrentar. Garantir a condição de sujeitos de direitos a crianças e adolescentes irá determinar o futuro das próximas gerações. E a

qualidade da saúde mental só será boa se estiverem garantidos os direitos previstos no estatuto", defende. Patrícia Junqueira Grandino também acredita que o momento é de amadurecimento. "Não há como voltar ao passado, e teremos que encontrar alternativas para superar os obstáculos para que no futuro o ECA consiga se impor como modelo vigente", finaliza. ●

“O ECA traz em si as soluções para o enfrentamento das questões de violência cometida por crianças e adolescentes, como a aplicação das medidas socioeducativas. Mas infelizmente a política do encarceramento, herdeira do Código de Menores, ainda é a única política de combate à delinquência juvenil”

João Batista Costa Saraiva



Políticas públicas para romper o ciclo da violência

Especialistas defendem soluções intersetoriais para combater um fenômeno social que atingiu níveis preocupantes



João Wainer/Folha Imagem

A violência ganhou formas e tamanhos tão diversos que há muito tempo não escolhe classe social, hora ou lugar. Os índices de criminalidade teimam em assustar a população e o Estado, responsável pela integridade das pessoas. Embora seja um tema sensível e de preocupação prioritária da sociedade, as propostas e as execuções de segurança pública, pautadas na idéia da repressão e de mais presídios, parecem não terem surtido o efeito prometido nos períodos eleitorais.

Estudiosos da matéria e profissionais envolvidos com programas voltados ao combate à violência tentam, há anos, mostrar aos governantes que esse fenômeno social só poderá ser enfrentado por políticas públicas que contextualizarem uma série de motivos determinantes.

A pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Maria Fernanda Tourinho Peres, aponta os fatores individuais, culturais, sociais e históricos que precisam ser levados em consideração para que se possa entender a ocorrência, a distribuição e o crescimento de fenômenos violentos em grupos sociais, e, a partir disso, passar a pensar as formas de prevenção. "O fato de a violência ser resultante de múltiplos fatores faz com que medidas isoladas dificilmente tenham efetividade na prevenção", acredita ela.

Para Maria Fernanda, a solução é pensar e desenvolver ações de maneira intersetorial, envolvendo as diversas áreas relacionadas com a problemática e os três níveis de governo, para que assim as políticas públicas comecem a apresentar resultados. Ela explica que as ações não devem se restringir à segurança pública de maneira linear, mas precisam inserir em suas estratégias a saúde, a ação social, a educação, o lazer e a cultura como setores de natureza preventiva e de atendimento às vítimas. "São áreas que podem se desenvolver tanto em um único nível de governo, por meio das diferentes secretarias de uma prefeitura, por exemplo, como também de maneira vertical, partindo da integração entre os governos federal, estadual e municipal", sugere.

Outros vícios que devem ser evitados ao elaborar programas intersetoriais, segundo Maria Fernanda, é o da sobreposição de pro-

jetos e as promessas de integração que não saem do papel. "Esses programas não podem ser apenas uma colagem de iniciativas de setores diversos. Eles devem surgir da elaboração conjunta de uma estratégia na qual cada um exerça seu papel e cumpra com as responsabilidades dentro de sua competência, visando o mesmo objetivo", propõe.

Maria Fernanda relata que já existem tentativas de formulação de políticas integradas e intersetoriais, mas que são difíceis de ser praticadas devido à estrutura governamental. "A organização do Estado é fundamentada na fragmentação em secretarias e nos três níveis de governo. Isso faz com que tanto as ações como as responsabilidades também sejam fragmentadas. Seria necessário partir para um modelo de gestão que rompesse com a idéia de divisões e se pautasse na integração dos diferentes setores. Já existe um movimento nesse sentido por parte do poder público, mais ainda há muito trabalho pela frente", revela a pesquisadora.

Um exemplo de tentativa de trabalho dentro dessa visão de intersetorialidade é o Centro de Referência e Apoio à Vítima, que dá atendimento a vítimas de violência ou seus familiares. O CRAVI é uma entidade ligada à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, mas sua gestão é realizada em parceria com a sociedade civil por meio das ONGs Therapon e Instituto São Paulo Contra a Violência.

O CRAVI conta ainda com convênios com o governo federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos e com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. Lá, são atendidos especificamente os familiares de pessoas que se envolveram com alguma situação de violência fatal, em geral homicídio e latrocínio. A maior parte, mães que perderam seus filhos, chega à entidade por sugestão de fóruns e delegacias ou pela indicação de outros usuários. O atendimento é feito de forma interdisciplinar, por uma equipe composta por advogados, psicólogos e assistentes sociais.

Fabrizio Toledo de Souza, coordenador do CRAVI, explica que, quando procurados pelo o usuário, o primeiro passo da entidade é receber e acolher a pessoa e identificar

suas principais demandas. "Por meio de entrevistas com diversos profissionais, são detectadas as necessidades imediatas do usuário. Depois, é feito um trabalho de orientação para que ele conheça quais são os serviços públicos com os quais pode contar como a orientação de advogados e atendimento de assistentes sociais", afirma.

“Nosso trabalho pode ajudar a romper um ciclo de violência que às vezes ultrapassa gerações, apresentando ao usuário alternativas de ação e evitando que sejam cometidos outros atos de violência que levam a mais mortes”

Fabrizio Toledo de Souza

Além disso, é realizada uma análise subjetiva para detectar a necessidade do atendimento psicológico. "O apoio terapêutico permite que o usuário possa elaborar sua perda e se reestruturar para que continue vivendo", afirma Fabrizio. Em diversos Estados, existem outras entidades, ligadas à Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal, que desenvolvem programa semelhante.

Os resultados desse trabalho podem ser avaliados sob duas óticas. Uma delas é a individual, ou seja, do impacto na vida de cada um dos usuários. "Nosso trabalho pode ajudar a romper um ciclo de violência que às vezes ultrapassa gerações, apresentando ao usuário alternativas de ação e evitando que sejam cometidos outros atos de violência que levam a mais mortes", diz ele.

Já para a sociedade, o trabalho do CRAVI teria o papel simbólico de prevenção à violência. Como explica o coordenador, "somos uma instituição de direitos humanos, que pretende promover a dignidade do cidadão e, conseqüentemente, trabalhar para diminuir os índices de criminalidade no país. Esse trabalho só será efetivo se conseguirmos unir esforços e atuar de forma integrada com os poderes públicos e também com a sociedade civil organizada, seguindo uma tendência mundial de superar a violência". ●

Medidas socioeducativas são aplicadas com sucesso em adolescentes em conflito com a lei

A experiência do Rio Grande do Sul prova que é possível mudar o velho modelo das Febens

A crônica crise da Febem de São Paulo pode dar a impressão de que não há alternativas capazes de lidar com jovens em conflito com a lei a partir do que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. A recente experiência da instituição do Rio Grande do Sul desmente, no entanto, esse dogma. Por meio de um pacto com os vários setores da sociedade – os Poderes Executivo e Legislativo, entidades não-governamentais e o Juizado da Infância e da Juventude –, iniciou-se em 2000 uma revolução que, em dois anos e oito meses, “desconstruiu” o velho conceito de aprisionamento com violação dos direitos humanos e colocou em seu lugar propostas pedagógicas, arquitetônicas e legais que traduzissem os princípios do Eca.

A ex-presidente da Fase – Fundação do Atendimento Sócio-Educativo –, na gestão 2000-2002, Ana Paula Mota Costa, atribui o sucesso das novas medidas, sobretudo, a dois aspectos: a definição de diretrizes claras e a adoção de uma linguagem uniforme entre os funcionários, desde o psicólogo até o reitor da instituição.

Ela diz que o conjunto de medidas do planejamento estratégico incluiu mudanças inclusive na concepção arquitetônica. O antigo modelo reduzia os ginásios a um espaço de encarceramento. As reformas demoliram essa idéia. Foram construídos prédios separados que permitiram a circulação dos adolescentes como se estivessem numa cidade. “Ele está fechado e cercado pelo muro, mas em contato com a terra, com o sol, com a chuva; ele sai do alojamento para ir à escola. É muito diferente”, destaca.

Ana Paula conta que a proposta não era somente a de dirimir procedimentos ina-

dequados, não socioeducativos, práticas de maus-tratos, mas de manter experiências positivas, porém isoladas, da antiga Febem e de implementar um planejamento estratégico a partir de um diagnóstico profundo e de uma leitura da realidade.

O planejamento resultou na definição de responsabilidades de cada profissional. “Deixamos muito claro que todos os agentes institucionais eram educadores cada qual com seu espaço de decisão para evitar aquela situação em que todo mundo tem que fazer tudo e ninguém faz”, explica a educadora Vladia Paz, ex-diretora da Fase.

O plano de ação também adotou medidas socioeducativas a partir do princípio de que os meninos eram adolescentes e as atividades deveriam ser interessantes para a idade. Em cada unidade da Fase, funcionava, por exemplo, uma escola estadual. Por meio de parcerias com a sociedade civil, foi desenvolvido um trabalho educativo que pressupunha uma rotina que envolvesse os adolescentes em oficinas profissionalizantes, atividades culturais e desportivas e até grupos terapêuticos. Além disso, muitos casos eram encaminhados para acompanhamento em regime de meio aberto. Através de convênios com a Justiça Federal, eram aplicadas penas alternativas, como prestação de serviço, e os jovens participavam do programa Primeiro Emprego do governo estadual.

Vladia Paz, que também é coordenadora de Projetos de Protagonismo Juvenil junto à Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, resalta outro importante ponto do planejamento executado: a multidisciplinaridade. “Construímos uma equipe técnica com plano individual de atendimento a partir da história de cada um e do saber de cada área do conhecimento, da Psicologia, do Serviço Social, da Educação, da área médica, e assim por diante, porque antes cada um lia a realidade e a trancava na sua caixinha”, conta. Para ela, a leitura interdisciplinar permitiu pactuar com esses jovens atendimentos individuais e elaborar um plano coletivo de atividades.

A multidisciplinaridade ajudou inclusive a melhorar a relação com o Judiciário. “A instituição começou a falar uma linguagem jurídica que representasse o olhar inteiro da equipe técnica”, diz. Foi

“Construímos uma equipe técnica com plano individual de atendimento a partir da história de cada um e do saber de cada área do conhecimento, da Psicologia, do Serviço Social, da Educação, da área médica, e assim por diante, porque antes cada um lia a realidade e a trancava na sua caixinha”

Vladia Paz

um avanço, segundo Vladia, que possibilitou à fundação recorrer e questionar as decisões judiciais advogando o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dentro do aspecto disciplinar, o que ajudou a baixar a temperatura dos ânimos na instituição foi o espaço criado para a defesa dos internos. Os jovens passaram a ter o direito de contar sua versão dos fatos a uma comissão de avaliação, reduzindo as situações de abuso e de arbitrariedade por parte da equipe de trabalho. O resultado de todas as medidas pode ser mensurado pelos 18 meses sem rebelião nas unidades gaúchas ao passo que em São Paulo, só em 2005, foram registrados mais de 25 conflitos com fugas e reféns.

A avaliação dos jovens também sofreu mudanças. Se antes, a análise da evolução do interno era feita apenas pela equipe técnica, ela passou também a considerar o ponto de vista da família e do próprio adolescente. “A cada seis meses, era entregue um relatório que apontava o processo de desenvolvimento do jovem pela perspectiva de todos os atores do processo”, afirma Vladia. Isso explicaria a queda do número de casos de reincidência.

A complexidade no trato com adolescentes em conflito com a lei exige, segundo Ana Paula, tecer uma rede entre os organismos oficiais e a sociedade civil com o firme propósito de aplicar o ECA. Isso envolveria a elaboração de um pacote de medidas que vai desde a aprovação de um projeto de lei comprometido com os princípios do estatuto à aplicação de propostas socioeducativas. Ou seja, que haja a conjunção de um interesse maior dos segmentos envolvidos e aqueles com poder de decisão. ●





Faculdade de Ciências da Saúde de São Paulo
Centro de Ensino Superior de Homeopatia - IBEHE

Quer um diferencial na sua carreira profissional? Venha para o Maior
 Centro de Medicina Integrativa da América Latina...

Cursos de Pós-Graduação (Especialização)

- Psicologia Junguiana
- Psicossomática
- Saúde Mental na Infância e na Adolescência
- Acupuntura
- Integração Fisiopsíquica: métodos aplicados à Saúde e Educação.

Matrículas Abertas Novas Turmas

Inscrições e informações: **0800 771 3181**

Tel.: (11) 5084 3141 São Paulo e Grande São Paulo

Rua Bartolomeu de Gusmão, 86
 Vila Mariana - São Paulo e outras unidades
 info@facis-ibehe.com.br
 www.facis-ibehe.com.br

FACIS - Uma Faculdade única como você!

• Graduação • Pós-Graduação • Mestrado Profissionalizante • Hospital Escola



**VIII Curso de Extensão
 e Aprimoramento
 "Práticas Psicológicas
 no Hospital Geral"**

Serviço de Psicologia do
 Hospital São Luis

16/08/2005 a 13/12/2005

Inf.: Centro de Estudos São Luiz

(0XX11) 3040-1584 das 9h às 17h

cursostapsi@uol.com.br

Coord.: Adrianna Loduca e

Fernanda Gouveia Paulino

**CURSOS DE
 EXPANSÃO
 CULTURAL
 2º SEMESTRE
 2005**

*Áreas de
 Psicologia,
 Saúde,
 Educação,
 Filosofia e
 Arte.*

Informações e Inscrições

**Rua Ministro Godoy, 1484
 Perdizes/SP**

Tel: 3866-2730/31/32/33/34

http://www.sedes.org.br

e-mail:secretaria@sedes.org.br

CURSOS DE EXPANSÃO CULTURAL

- A CLÍNICA DO ADOLESCENTE: UMA COMPREENSÃO PSICODINÂMICA
- ARTE DE CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS NA CONTEMPORANEIDADE
- A EUTONIA E O CORPO DO TERAPEUTA
- A FILOSOFIA COMO EXERCÍCIO DO PENSAMENTO: UMA INTRODUÇÃO À LEITURA DE GILLES DELEUZE E FÉLIX GUATARRI
- A PSIQUE E O CORPO UMA ABORDAGEM JUNGUIANA
- A VISÃO JUNGUIANA DOS CONTOS DE FADA E SUAS APLICAÇÕES
- ÁLBUM DE FAMÍLIA: PERTINÊNCIA E INDIVIDUAÇÃO
- ARTE E SAÚDE
- ARTE, NATUREZA, CIDADANIA
- ARTE: AMPLIAÇÃO DO CAMPO DA CONSCIÊNCIA
- AS DROGAS NA CLÍNICA: A PSICANÁLISE CONFRONTADA AOS SEUS LIMITES NA CURA DA DEPENDÊNCIA
- AS POSSIBILIDADES DO CONTADOR DE HISTÓRIAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO
- BRINCADEIRA É COISA SÉRIA: INTRODUÇÃO AO ATENDIMENTO INFANTIL NA ABORDAGEM GESTÁLTICA
- BRINQUEDOTECA, ESPAÇO DA MAGIA
- CINEMA, PENSAMENTO E LOUCURA: O CORPO NA CENA CONTEMPORÂNEA
- CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS: A CONFIGURAÇÃO DE UM CAMPO
- CUIDADORES DE IDOSOS
- DA ARQUEOLOGIA DO SABER À GENEALOGIA DO PODER - UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT
- DIAGNÓSTICO PSICODINÂMICO E SUAS BASES PSICANALÍTICAS UMA INTRODUÇÃO
- DROGAS: INTRODUÇÃO À CLÍNICA DA DEPENDÊNCIA
- EDUCAÇÃO POSTURAL: UM CAMINHO PARA O AUTO CONHECIMENTO - CONSTRUÇÃO DO CORPO
- ENTRELAÇES PSÍQUICOS ENTRE MÃES E FILHAS
- HUMANIZAÇÃO - ASPECTOS SUBJETIVOS NAS PRÁTICAS DE SAÚDE
- INTRODUÇÃO À CLÍNICA CORPORAL COM CRIANÇAS
- INTRODUÇÃO À CLÍNICA CORPORAL REICHIANA
- INTRODUÇÃO À CLÍNICA JUNGUIANA DO PSICODIAGNÓSTICO À INTERVENÇÃO CLÍNICA
- INTRODUÇÃO À GESTALT TERAPIA: UMA PERSPECTIVA DE COMPREENSÃO TEÓRICA E VIVENCIAL DA ABORDAGEM
- INTRODUÇÃO À PSICOSSOMÁTICA PSICANALÍTICA: UMA VISÃO TEÓRICO-CLÍNICA
- INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DA MEDICINA TRADICIONAL CHINESA-ACUPUNTURA
- JOGOS COOPERATIVOS E MITOS
- JOGOS, CORPO E IMAGEM: RECURSOS PSICOPEDAGÓGICOS
- MASSAGEM: PERCEÇÃO, SAÚDE E TRANSFORMAÇÃO.
- MONOGRAFIA: COMO FAZER, SEUS FUNDAMENTOS E METODOLOGIA
- MOVIMENTO EXPRESSIVO E PSICOLOGIA JUNGUIANA
- MOVIMENTO, RESPIRAÇÃO E CANTO
- O ARQUÉTIPO DO CAMINHO, A INDIVIDUAÇÃO ATRAVÉS DA ARTE E DO MOVIMENTO EXPRESSIVO
- O CORPO - DA GRAVIDEZ AO PRIMEIRO ANO DE VIDA UMA ABORDAGEM REICHIANA
- O CUSTO EMOCIONAL DO ATENDIMENTO DE HUMANOS
- O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO CLÍNICO NA PRÁTICA PSICOTERAPÊUTICA
- O PROBLEMA ESCOLAR DO FILHO CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA
- PSICANÁLISE, GRUPOS E INSTITUIÇÕES
- PSICOLOGIA DO ESPORTE
- PSICOPATOLOGIA E PSICOFARMACOLOGIA PARA PSICÓLOGOS E PROFISSIONAIS AFINS
- RECURSOS TERAPÊUTICOS E TRABALHO GRUPAL NA ABORDAGEM JUNGUIANA
- TEATRO-EDUCAÇÃO EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO
- TRABALHANDO COM GRUPOS
- TRABALHO CORPORAL REICHIANO EM GRUPO
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO 2º SEMESTRE 2005
 PSICO-ONCOLOGIA**

**INSTITUTO
 PIERON**

NESTE SEMESTRE O ACESSO AO CADASTRO
 DO CRP FOI SUSPENSO.
 Para receber, gratuitamente, nossa revista,
 cadastre-se:

www.pieron.com.br

Tel.: 11.5573.9688

Ditadura: ferida que ainda não cicatrizou

A América Latina convive com o legado deixado pelos regimes militares, como a repressão policial, a impunidade e a desmobilização social

Assim como acontece com a subjetividade das pessoas que enfrentam sofrimentos emocionais e medos, terrores subterrâneos do passado continuam a repercutir no organismo social dos países da América Latina que vivenciaram a violência dos regimes militares. No Brasil, segundo Cecília Coimbra, professora de Psicologia Social Institucional da Universidade Federal Fluminense e vice-presidente do grupo Tortura Nunca-Mais do Rio de Janeiro, os instrumentos de exceção criados e aperfeiçoados na ditadura ainda são aplicados pelos aparelhos de repressão. Outros reflexos da era dos militares, de acordo com os estudiosos, são a impunidade e a baixa mobilização popular pela defesa dos direitos coletivos e individuais, o que estaria alimentando a roda viva da violação dos direitos humanos em muitos setores da sociedade.

Soraia Ansara, mestre em Psicologia Social pela PUC-SP e membro da Sociedade Brasileira de Psicologia Política, afirma que os legados estão enraizados na sociedade através das instituições políticas, policiais e no interior das organizações comunitárias, expressos na subjetividade do povo. A partir de entrevistas e dados levantados para sua pesquisa de doutorado sobre a memória coletiva da ditadura militar, ela identificou que, no aspecto subjetivo, são provenientes da repressão o medo de falar, participar e se envolver em ações coletivas; a estrutura hierárquica verticalizada entre o mandante e o obediente nas relações familiares, de trabalho, políticas e comunitárias. “Em função de ações extremamente repressivas, produziu-se o receio de fazer críticas como um elemento desmobilizador da participação das pessoas nas lutas sociais”, explica.

Ela acredita que, apesar do avanço da democracia, os anos da ditadura ainda estão presentes na organização política da socie-

dade e até nas escolas, onde haveria, em sua maioria, uma relação autoritária entre seus pares, direção, professores e alunos, baseada na ameaça, na punição e no medo. “Os problemas na escola ainda são resolvidos no grito, na imposição de normas e não através do diálogo”, diz.

Desaparecidos – Cecília Coimbra, do Tortura Nunca Mais, acrescenta que a idéia de inimigo interno é executada pelos atuais aparelhos de repressão. “A figura do desaparecido e o expediente da tortura, recursos clássicos da época da ditadura, são comuns hoje em dia na Polícia Militar e nas Forças Armadas”, aponta. “São assassinatos travestidos de atos de resistência, um dispositivo criado no regime militar para explicar a morte de pessoas pelas mãos de um agente do Estado”, continua. “Na delegacia, o crime ganha a versão de resistência à prisão e poucos processos são abertos”, lamenta. Ela alerta que o Estado é tolerante com essa prática por maquiar o já alto índice de mortes praticadas por policiais.

Soraia cita, como outra herança do regime militar no Brasil, a ausência de consciência política democrática com maior autonomia para que o povo participe e contribua nas decisões dos rumos do país. O efeito desse vácuo de participação seria a grande concentração e o abuso do poder e a corrupção em diferentes esferas institucionais; um ciclo vicioso que levaria ao descrédito na democracia e à falta de vontade da população em se envolver em questões políticas.

As seqüelas de anos de violência institucional também permanecem abertas nos vizinhos que vivenciaram a repressão até com mais brutalidade que o Brasil. Paola Méndez Monteghirfo, terapeuta ocupacional da ONG Cintras do Chile, conta que a ditadura chilena deixou um legado nefasto nos campos político, social, educativo e econômico.

Como resultado de um longo regime de cerceamento, Paola detectou a redução gradual do nível de participação política em todas as idades, em particular entre os jovens. “A perda da identidade da cidadania, da participação como forma de exercê-la, é um legado negativo muito forte”, entende ela.

Segundo ela, as práticas de repressão ainda se conservam em muitos níveis, até no sindical. “Muitos patrões, frente à possibilidade do surgimento de um sindicato, reprimem a tentativa com demissões de trabalhadores de maior consciência sindical”, censura. “No aspecto militar, percebe-se o uso de excessos na repressão policial a crimes comuns”, critica. Paola diz que o processo de reconstrução da ruptura das redes sociais tem exigido um esforço elevado do povo chileno.

A Argentina também padece dos sete anos de repressão extrema, com milhares de assassinatos e 30 mil desaparecidos. Assim como no Brasil e Chile, os jovens participam pouco da vida política se comparado à mobilização estudantil da década de 70. Nicolás Pedregal, professor de Psicologia e psi-

cólogo clínico da EATIP (Equipe Argentina de Trabalho e Investigação Psicossocial), percebe que o medo dos aparelhos repressivos do Estado continua vigente. “Os vínculos entre alguns aparatos políticos, policiais e militares se conservam quase que intactos. É muito difícil lutar contra semelhantes organizações que promovem desaparecimentos e assassinatos em plena democracia”, reconhece.

Ele identificou, porém, uma mudança na subjetividade do povo argentino desde as manifestações de dezembro de 2001, que questionaram as instituições do regime militar, sacudindo o país até suas bases. “Foi um esforço gigantesco de milhares de jovens, mulheres e homens do povo que custou 34 vidas”, lembra.

Impunidade – Mais um aspecto negativo de anos de coerção militar que se prolonga até os dias de hoje: a impunidade. A contínua violação dos direitos humanos é, segundo a psicóloga social Soraia Ansara, resultado da impunidade cultivada pelos aparelhos de repressão. Para ela, a demora em tornar públicos os arquivos do regime militar e punir aqueles que praticaram torturas e assassinatos de militantes contrários ao regime, além de mostrar a ineficácia do Estado, estaria chancelando a repetição dos erros do passado.

“É importante que compreendamos o efeito da história sobre o presente para acabarmos com a perpetuação dessa lógica de violação dos direitos humanos”, diz Cecília Coimbra. Paola Méndez Monteghirfo também é intransigente com crimes de lesa-humanidade. Ela defende a iniciativa do novo governo chileno de procurar saber o que se passou com os desaparecidos e julgar os que cometeram crimes. “Deixar de falar do tema não fecha a ferida”, adverte. “Devemos dar exemplos para as novas gerações de lealdade aos princípios dos direitos humanos”, ressalta.

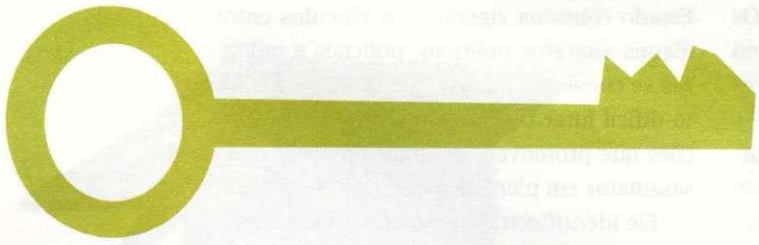
Para Soraia, o combate às repercussões e vícios do passado repressivo começa pela construção de políticas públicas concretas contra a violência e em favor dos direitos humanos e sociais. Ela defende a elaboração de projetos da “memória dos vencidos” que explicita os legados deixados pelo regime militar. “Temos que trazer à luz a memória coletiva das classes populares a qual se contrapõe à memória oficial”, diz. “É um forma de dar um basta à violência política do Estado e consolidar a democracia e a transparência no relacionamento entre Estado e sociedade”, defende.

A Argentina dá o exemplo ao iniciar com coragem seus expurgos. Em virtude da poderosa pressão popular da sociedade, as leis de Ponto Final e da Obediência Devida, que arquivaram em 1986 e 1987 processos contra os repressores, foi extinta no último dia 14 de junho pela Suprema Corte. Especialistas esperam que com a decisão, juízes reabram centenas de casos contra militares e policiais. ●



Detentas vivem em condições desumanas em penitenciária de Cabrália Paulista

Conselho Regional de Psicologia, OAB e outras entidades lutam pela desativação da cadeia feminina do município



As entidades ligadas aos direitos humanos questionam há algum tempo o clássico modelo de encarceramento. Todas as instituições de privação de liberdade como manicômios e o sistema prisional sofrem críticas pelo forte caráter de exclusão social. E isso foi constatado em visita, no dia 10 de março, à Cadeia Feminina de Cabrália Paulista.

Uma comissão integrada por representantes da subseção do CRP SP de Bauru, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, entre outros, avaliaram a precariedade com que as presas vivem. Apesar de projetada para receber 30 infratoras, a cadeia tem hoje 44 detentas, uma superlotação, que já chegou, em outras épocas, a 80 mulheres, o que atenta contra a dignidade humana.

Além da superlotação, há sérios problemas estruturais que degradam a vida das presas. As cinco celas da instituição não apresentam condições de utilização. Há vazamentos de água e infiltração, a instalação elétrica encontra-se em péssimo estado com cabos e fios soltos expondo não só as detentas ao risco de contrair uma doença respiratória ou de um incêndio, mas os próprios funcionários da cadeia.

Para a comissão, as condições existentes no presídio são completamente incompatíveis com as propostas de ressocialização ou resgate da identidade. O espaço físico restrito, as inadequadas instalações e a ausência de atendimento periódico médico, odontológico e psicológico, além da falta de atividades físicas e culturais, expõem as detentas a condições degradantes. Pelo relatório apresentado, "há um evidente desprezo e desrespeito aos direitos básicos do ser humano".

"Devido ao grau de precariedade encontrado, não há condições de melhoria de curto e médio prazo. Por isso, faz-se necessária a imediata transferência das detentas para um local adequado, que promova uma completa assistência e um trabalho voltado à ressocialização", defendem Sandra Elena Sposito e Maria Orlene Daré, coordenadora e subcoordenadora, respectivamente, da subseção do CRP SP de Bauru.

As presas, não só pelo escasso espaço físico, mas também por falta de colchões

e instalações adequadas, são obrigadas a dormir no chão - muitas vezes, umas sobre as outras -, tendo como companhia ratos e cobras, que são comuns no local pela falta de higiene e pelas condições precárias do sistema de esgoto e da tubulação de água.

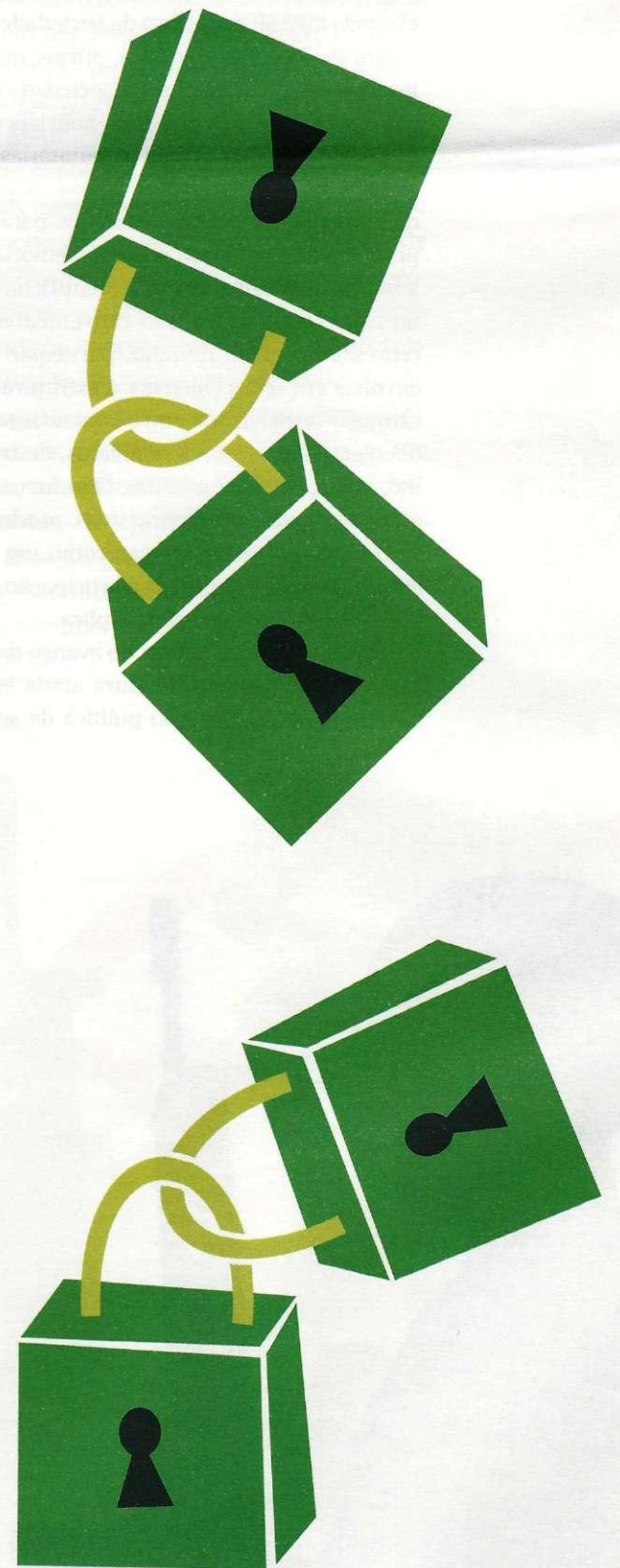
Na cadeia pública, não há visitas íntimas nem tampouco um berçário. O atendimento médico só ocorre em situações de emergência. Em tais situações, o delegado de polícia passa a vigiar as detentas, para que a única carcereira acompanhe a interna ao hospital mais próximo. Pelas declarações das próprias detentas, é preciso insistir e implorar para que sejam levadas ao médico ou ao dentista. Há o caso de uma presa portadora de HIV que se encontra há um ano sem atendimento médico e viral.

As conselheiras da subseção de Bauru denunciam que as violações dos direitos humanos acontecem sob as "asas" do governo. "Os poderes instituídos, que tutelam essas mulheres, direcionam-se somente pela mentalidade carcerária e uma prática totalmente punitiva", condenam. "Infelizmente, vivemos numa sociedade onde pessoas assistem e compactuam com tratamentos tão desumanos, acreditando na existência de pessoas piores que outras e que merecem punições degradantes", lamentam.

A conclusão da comissão é a de que a Cadeia Pública de Cabrália deve ser desativada de imediato, uma vez que as condições existentes não favorecem qualquer possibilidade de ressocialização ou reconstrução e resgate da identidade de cidadão. Através dos relatórios feitos pelos representantes da subseção do CRP SP de Bauru e da Comissão de Direitos Humanos da OAB, o quadro encontrado em Cabrália Paulista é uma amostra de que o sistema prisional hoje constitui um desafio à sociedade, "evidenciando a necessidade urgente de reavaliações do modelo vigente. Notam-se nas reivindicações das detentas, tais como água limpa para beber, sanitários para visitas, atendimento médico, medicamentos e outros, que as políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos estão ausentes nas ações do Estado". ●

“Os poderes instituídos, que tutelam essas mulheres, direcionam-se somente pela mentalidade carcerária e uma prática totalmente punitiva”

Sandra Elena Sposito e Maria Orlene Daré





Santos comemora Dia da Luta Antimanicomial

Muitos avanços foram conquistados nos 18 anos de mobilização pela Reforma Psiquiátrica no Brasil

Os 18 anos da Luta Antimanicomial foram comemorados em várias partes do país, mas em Santos a celebração teve significado especial. Foi lá onde, 16 anos atrás, deu-se o primeiro grande passo da Reforma Psiquiátrica no Brasil: a intervenção na Casa de Saúde Anchieta, alvo de inúmeras denúncias de maus-tratos. O exemplo dado pela administração pública da cidade, na época, fortaleceu o Movimento que passa hoje por um processo de reordenamento com o surgimento, em 2003, da Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial, da qual faz parte o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, através do apoio ao Movimento e da participação em seus Núcleos.

Dessa Rede, começaram a surgir unidades, como o Núcleo por uma Sociedade sem Manicômios de Santos, com o propósito de

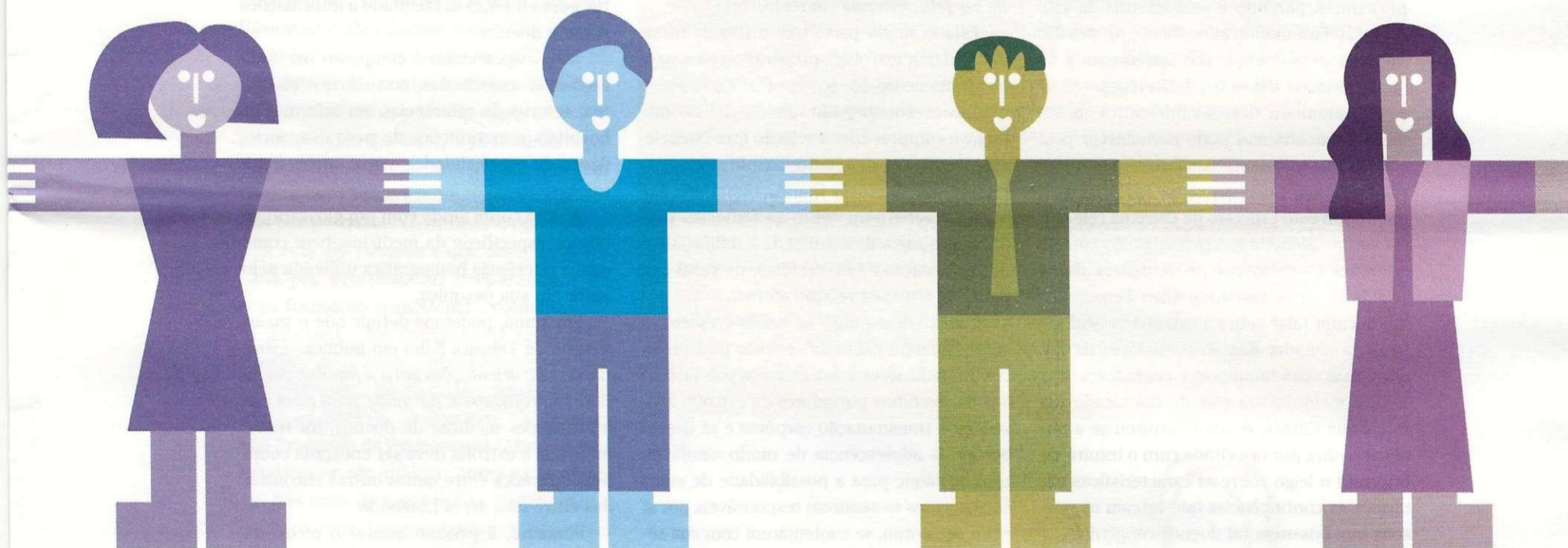
para o fortalecimento da rede substitutiva.

O Núcleo por uma Sociedade sem Manicômios, além de ter organizado a Semana da Luta Antimanicomial, entre os dias 16 e 20 de maio, quando o assunto tomou conta da agenda dos profissionais que militam pela Reforma Psiquiátrica na Baixada Santista, vem realizando mini fóruns de discussão na região. Segundo Carla Bertuol, foi nesses encontros que os gestores públicos se informaram sobre as propostas do movimento e se interessaram em abrir serviços de saúde mental como os Caps, o que evitou um número elevado de internações, humanizando o atendimento. Além disso, o Núcleo e outras instâncias da Luta Antimanicomial fizeram pressão para que os ex-internos da Casa de Saúde Anchieta também pudessem receber o benefício do programa De Volta pra Casa.

ais para oficinas terapêuticas, bem como investimentos na equipe técnica.

Carla Sartorelli pede atitude do governo federal por meio de campanhas de profilaxia nos postos de saúde, nas escolas, para que se diminua o “pré-conceito” de que o indivíduo com transtorno mental não pensa, não sente e não vive. Para ela, o governo tem condições de avançar na garantia dos direitos humanos dos usuários de saúde mental e aprovar uma emenda na lei n° 10.216, exigindo que a verba destinada à Saúde Mental seja aplicada exclusivamente na área. O movimento identificou como problema o fato de grande parte dos recursos ir hoje para os hospitais psiquiátricos e não para os serviços substitutivos.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo é um dos signatários da Luta Antima-



aproximar o Movimento da Luta Antimanicomial dos usuários da saúde mental e seus familiares, de democratizar as instâncias da organização e de trabalhar para uma verdadeira Reforma Psiquiátrica.

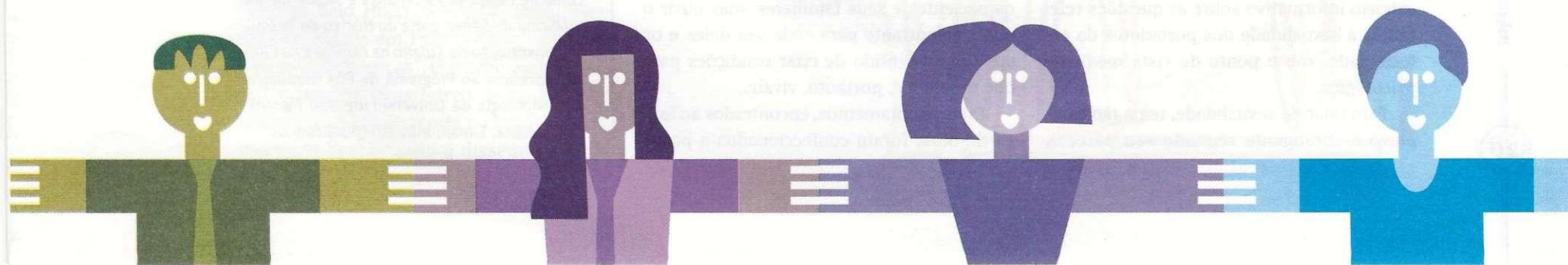
O Núcleo de Santos, criado no final no ano passado, tornou-se referência para os usuários, que se reúnem para discutir as dificuldades e expor as denúncias de violação de direitos humanos nos sanatórios e hospitais psiquiátricos da Baixada Santista. Segundo Carla Bertuol, professora de Psicologia Institucional da Unisantos, ex-conselheira do CRP SP e membro da Comissão Gestora da subsele de Santos, o Núcleo tem levado essas questões para várias instâncias como a Coordenação de Saúde Mental, o Ministério da Saúde, as Secretarias da Saúde, o Ministério Público, entre outros. A diretriz é sempre voltada para a extinção dos hospitais e

Os avanços na área de saúde mental da Baixada Santista, nos últimos 16 anos, traduzem-se no contraste entre os relatos dos antigos e novos usuários dos serviços psiquiátricos. Segundo Carla Sartorelli, subcoordenadora da subsele do CRP SP de Santos, os mais novos não acreditam que alguém possa ter sofrido maus-tratos ou tenha sido desrespeitado um dia. “Uma nova cultura está sendo criada, elaborada e vivenciada pelos protagonistas dos serviços de saúde mental dos NAPS e CAPS do país”, comemora.

Porém, permanece ainda o estigma de que quem sofre transtorno mental é incapaz e improdutivo. “São conceitos difíceis de serem desmistificados”, diz Carla Sartorelli. Outra dificuldade, segundo ela, é sensibilizar os gestores de saúde a liberar recursos repassados pelo Ministério da Saúde para esses serviços como a aquisição de materi-

nicomial e da defesa dos direitos humanos. Na opinião da subcoordenadora da subsele de Santos, ainda há muito que avançar. Para ela, a população deve participar mais ativamente denunciando os maus-tratos e a falta de investimentos no setor.

Comemoração – Carla Sartorelli diz que a comemoração da Luta Antimanicomial em Santos foi palco de palestras, debates, apresentações de trabalhos dos profissionais da área. Cerca de 600 participantes discutiram temas como “Convivência no Caps”, “Repensar para não errar - avaliação e reflexão acerca dos serviços substitutivos em saúde mental”, “Esquizoanálise e saúde mental”. Segundo ela, a ocasião serviu para a reflexão das possibilidades e da necessidade de oferecer um espaço para que o usuário da Saúde Mental possa ser respeitado pela sociedade e mostrar sua capacidade intelectual. ●



Um desafio chamado Extrofia Vesical

“De dentro para fora”. Eis o significado de *extrofia*, palavra proveniente do vocabulário grego. Parece interessante refletir sobre o termo que é usado para nomear a doença que exhibe os órgãos vesicais, já que é capaz de representar além daquilo que os olhos enxergam.

A visão é capaz de captar a bexiga e a uretra que, em decorrência do mal congênito e raro, se encontram na parte externa do abdômen humano.

Contudo, de modo transcendente aos cinco sentidos, “de dentro para fora” pode significar o sentimento de estranheza em relação ao próprio corpo, que escancara suas entranhas ao questionamento sobre qual a real condição humana, à vacilação da possibilidade de encontro com o outro. O que pode um portador de extrofia vesical?

Aquilo que é estrangeiro, mas dialeticamente pertencente ao ser, faz com que os envolvidos nesta circunstância de vida – portadores, parentes e profissionais da saúde –, estejam mobilizados diante do desafio imposto pela doença: seu tratamento e as conseqüências dessa condição física.

Entretanto, a situação dilemática em relação à extrofia não pode permanecer pela carência de informações sobre o que objetivamente aflige o organismo. Foi principalmente sob este espectro de extrema relevância social – além de sua preocupação com as questões psicológicas provenientes desta realidade –, que Fernando Silva Teixeira Filho decidiu falar sobre a extrofia vesical, de forma a elucidar não só portadores da doença, mas seus familiares e cuidadores.

Por meio de sua tese de doutorado em Psicologia Clínica, o autor inspirou-se a publicar a obra por ora citada com o intuito de informar o leigo sobre as características clínicas e as contingências que cercam as pessoas que possuem tal doença congênita.

Esta necessidade surgiu da demanda das pessoas com quem Teixeira Filho conviveu na época em que confeccionava sua pesquisa na Divisão Clínica de Urologia do Hospital das Clínicas da FMUSP, quais sejam, crianças, adolescentes, adultos e familiares de portadores da extrofia vesical que, em razão do caráter raro da doença, nem sempre sabiam como proceder diante das vicissitudes do quadro clínico.

A partir desta solicitação e de suas próprias questões sobre a doença, o autor colheu um vasto material sobre aspecto médico da extrofia vesical a partir do qual elaborou a *Parte I* do livro, intitulada *O corpo extrófico na perspectiva médica*.

Esta primeira parte conta com uma profunda explicação sobre a doença indicando a origem do termo extrofia, o significado do termo vesical, a causa da doença, tipos de intervenções clínicas e cirúrgicas com detalhes sobre pós-operatório, testes de rotina, exames, medicações cabíveis, além de um extenso informativo sobre as questões referentes à sexualidade dos portadores da enfermidade, sob o ponto de vista médico e psicológico.

Para falar de sexualidade, tema tão complexo e abrangente segundo seu parecer,

Teixeira Filho optou por embasar-se na teoria psicanalítica. Tal opção decorreu em razão de acreditar que este ferramental oferece um bom auxílio para os portadores da extrofia e seus familiares no que tange a despertarem para o fato de que, apesar da doença, a vida continua sendo passível de propiciar inúmeras escolhas, inclusive a satisfação por “ser e estar vivo”.

Deste modo, a princípio, o autor abordou as condições físicas do bebê extrófico, sua possibilidade de vida, a reconstrução genital, os possíveis resultados dessa intervenção cirúrgica, questões sobre orientação sexual e fertilidade já que, comumente, estas são as primeiras preocupações da família em relação à criança portadora da doença.

Posteriormente, observando as questões subjetivas concernentes à vivência da extrofia, Teixeira Filho iniciou a *Parte II* de sua obra, intitulada *Viver e não ter a vergonha de ser feliz: vivendo com a extrofia*.

Esta segunda parte tem o fito de tratar do “estigma extrofia”, preparar os pais para o estreitamento do laço familiar entre eles e o filho recém-chegado, auxiliá-los no que tange a compreender a relação que estabelecerão com a equipe multidisciplinar no hospital e com a escola que a criança irá frequentar, refletirem sobre as fantasias produzidas a partir da extrofia de seu filho, além da reafirmação da necessidade do casal cuidar de si e de sua relação afetiva.

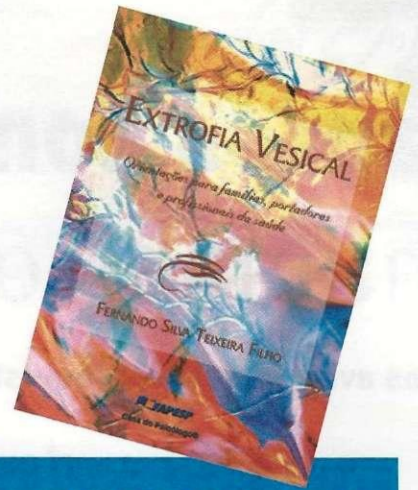
Considerando que “os bebês crescem” e então “querem namorar”, o leitor poderá encontrar indicações sobre como os pais podem auxiliar os filhos portadores da extrofia a vivenciar a transmutação corpórea e as descobertas da adolescência de modo saudável, com destaque para a possibilidade de esses adolescentes se sentirem responsáveis por si e por seu corpo, se contentarem com sua sexualidade, perceberem e entenderem seus sentimentos, além de escolherem com quem estabelecer relação de maior intimidade.

Sobre a extrofia na maturidade, Teixeira Filho destacou algumas entrevistas emblemáticas que ilustraram como estas pessoas convivem com sua doença e como contornam as dificuldades que lhe são impostas.

Indiscutivelmente, o autor pontuou ainda a necessidade de orientar a equipe cuidadora – no que consiste às ocorrências e dificuldades mais comuns que assolam o portador da extrofia vesical –, visando não a transmissão de um modelo de assistência mas a antecipação de alguns problemas oriundos à enfermidade, a fim de que estes profissionais saibam sobre a realidade que enfrentarão.

Quanto à postura do psicólogo, Teixeira Filho retoma a importância de olharmos para cada paciente como ser provido de subjetividade que é. Precisamos ser capazes de escutar o desejo de cada um – segundo o autor. O papel do psicólogo não é normalizar os pacientes e seus familiares, mas ouvir o que é importante para cada um deles e os auxiliar no sentido de criar condições para que desejem e, portanto, vivam.

Estes apontamentos, encontrados ao longo da obra, foram confeccionados a partir



Extrofia Vesical: orientações para família, portadores e profissionais da saúde.

Fernando Silva Teixeira Filho

das experiências do autor com pacientes portadores de extrofia, dos depoimentos de familiares e dos textos produzidos por médicos especialistas desta enfermidade.

Dada a escassez de material produzido sobre a extrofia vesical, fato que dificulta os avanços do estudo da doença nos diversos campos do conhecimento, o autor redigiu uma espécie de mapeamento de fontes de pesquisas e endereços úteis para que o leitor possa ter acesso facilitado a informações sobre a doença.

Este mapeamento é composto por indicações de associações, conselhos e institutos, centros de referências em informação, hospitais e instituições de pesquisa, sociedades de especialidades, entre outras instituições.

A obra conta ainda com um glossário de termos específicos da medicina, bem como com a referência bibliográfica utilizada pelo autor em sua pesquisa.

Em suma, podemos definir que o maior desafio de Teixeira Filho em publicar *Extrofia vesical: orientações para a família, portadores e profissionais da saúde*, para além das informações médicas da doença, foi transmitir que a extrofia deve ser encarada como uma diferença entre tantas outras encontradas entre nós, seres humanos.

Portanto, é preciso perder o medo da aproximação daquilo que espelha nossa condição humana, que nos faz “interrogarmos sobre nós mesmos” e que “nos lança para o desconhecido” a fim de que possamos viver “bons encontros” durante o curso de nossas vidas, independente de nossas diferenças particulares.

Carolina Jaen

Bacharel em Psicologia pela Universidade São Marcos e Membro da Linha de Pesquisa *Psicanálise e Saúde Mental – Oficina de Saber*, parte do Núcleo de Pesquisa *Constituição do Sujeito na Família e na Clínica*, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos.

E-mail: anacarolinajaen@ig.com.br

Maria Lívia Tourinho Moretto

Docente da Universidade São Marcos e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Psicóloga da Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas-FMUSP, Orientadora da Linha de Pesquisa *Psicanálise e Saúde Mental – Oficina de Saber*, parte do Núcleo de Pesquisa *Constituição do Sujeito na Família e na Clínica*, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos, Psicanalista. E-mail: mliviattm@uol.com.br

Estante

Metodologias Participativas para Trabalhos de Promoção de Saúde e Cidadania

Rosalina Carvalho e Silva, R\$ 32,00, Editora Vetor, 301 páginas, contato: (11)3283-5922

A obra é um produto de grande experiência da autora e de seu grupo de pesquisa em trabalhos junto à comunidade voltados à promoção da saúde e da cidadania. Essa trajetória passa, em um primeiro momento, pela atuação da autora como supervisora de estágios profissionalizantes do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Ribeirão Preto. Este livro terá múltiplos usos e, portanto, múltiplos destinatários. É, antes de tudo, um manual de métodos e técnicas voltados à promoção de saúde e cidadania pautas pelo trabalho em grupo. Cumpre, nesse caso, os requisitos básicos de um manual: situa os pressupostos metodológicos de cada técnica; define os objetivos da ação; traça perfis de habilidades e detalha procedimentos para desenvolvimentos para as sessões e sua avaliação. Nesta perspectiva, tem vocação formadora. Mas é, também, o relato de experiências e tem a conotação de uma Psicologia Social do Cotidiano. Alunos de cursos de graduação e profissionais da área da saúde certamente encontrarão aí inspiração e insumos para a prática cotidiana voltada à promoção de saúde e cidadania.

Acompanhamento Terapêutico – a Construção de uma Estratégia Clínica

Ana Celeste de Araújo Pitiá e Manuel Antônio dos Santos, R\$ 35,00, Editora Vetor, 270 páginas, contato: (11)3283-5922

O livro nasceu da tese de doutorado defendida em 2002 pela primeira autora, sob a orientação do segundo autor, na EUSP- Ribeirão Preto. O texto aborda o acompanhamento terapêutico, a clínica da cidade, inclusiva, móvel e enraizada no solo de uma atividade extramuros dos hospitais psiquiátricos e dos consultórios, oferecendo apoio a estes. Intervém na dificuldade de relacionamento psicossocial nos diversos interstícios urbanos em que a pessoa esteja. Lançando luzes sobre a construção teórica, traz o enfoque da Psicoterapia Corporal, partindo de algumas idéias de Wilhelm Reich e Alexandre Lowen na análise dos atendimentos.

Transtorno de Estresse Pós-Traumático – uma Neurose de Guerra em Tempos de Paz

Othon Vieira Neto e Cláudia Maria Sodrê Vieira, R\$ 30,00, Editora Vetor, 253 páginas, contato: (11) 3283-5922

Trata-se de um estudo, sob o vértice psicanalítico, que abrange a discussão do trauma psíquico e do Transtorno de Estresse Pós-Traumático, dos desafios que essa doença traz aos profissionais da área de saúde, bem como de uma compreensão do TEPT valendo-se de suas bases biológicas. Utilizando-se de entrevistas com trabalhadores bancários, vítimas de assalto ou

de seqüestro, procura-se identificar as conseqüências psicológicas e o desenvolvimento de sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático, que traz a esses trabalhadores várias limitações, especialmente nos setores socioafetivo e profissional.

Psicanálise das Relações Familiares

Sonia Del Nero, R\$ 33,00, Editora Vetor, 229 páginas, contato: (11)3283-5922

A estruturação de Psicanálise das Relações Familiares, por fornecer material indispensável para uma compreensão psicodinâmica dos distúrbios psicoafetivos na infância e na adolescência, é de grande valia não só para psicólogos, psiquiatras, pediatras e educadores, como também para os pais que estejam interessados em aprofundar seus conhecimentos em relação ao funcionamento e desenvolvimento do mundo psíquico de seus filhos.

Temas em Avaliação Psicológica

Ricardo Primi (organizador), R\$ 40,00, Editora Casa do Psicólogo, 325 páginas, contato: (11)3034-3600

Temas em Avaliação Psicológica é um produto de um grupo de pesquisadores e estudantes de pós-graduação que vem se reunindo nos Simpósios de Pesquisas e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia (ANPEPP) em 1998 e 2000 (GT-Pesquisa em Avaliação Psicológica).

O livro é publicado pelo Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), uma Sociedade Civil de Direito Privado, de natureza científica e âmbito nacional, sem fins lucrativos, proposto em Assembléia Geral aos 25 de outubro de 199, em Ribeirão Preto, durante a XXVII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia e aprovado em Assembléia Geral aos 20 de maio de 1998, em Gramado, durante o VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia. Em 22 de março de 2002, o IBAP passou a fazer parte do Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia.

A criança e a saúde mental – Enlaces entre a Clínica e a Política

Tânia Ferreira (Organizadora), R\$27,00, Editora Autêntica, 154 páginas, contato: (31)3423-3022

Este livro apresenta o encontro da criança com as políticas de saúde. No nó desse enlace surge a clínica, por meio de fragmentos, nos relatos de uma convivência “delicada” que se recusa a ceder às demandas de ajustamento social. Nesse movimento de basta aos modelos exclusivamente adaptativos, é criado um fora de ordem que não pode ser silenciado, nem mesmo quando o sujeito, como no caso do bebê, é corpo mais do que fala. Enfim, em seus diversos textos encontramos um convite, conduzido pela Psicanálise, a todos que estão inseridos nas práticas, nos serviços e nos dispositivos de atenção à saúde para o envolvimento em uma relação conseqüente com a criança.

Novas Problemáticas da Adolescência: Evolução e Manejo da dependência

Philippe Jeammet e Maurice Corcos, R\$ 20,00, Editora Casa do Psicólogo, 142 páginas, contato: (11)3034-3600

A heterogeneidade das estruturas patológicas encontrada nos adolescentes nos convida, segundo uma ótica de prevenção, a avaliar transnosograficamente os sujeitos e as problemáticas de risco, tanto em uma abordagem fenomenológica descritiva como psicodinâmica.

Do ponto de vista categorial, podem-se isolar dois grupos patológicos distintos. Certas formas de conduta aditiva tocam os sujeitos em seus antecedentes de carência ou de distorções afetivas graves, ou ainda em suas frágeis capacidades de representação e de elaboração. Elas são marcadas por um certo grau de impulsividade, uma angústia de pânico despersonalizante e atestam a necessidade urgente de estimulação e um risco de desorganização psíquica, e até mesmo somática, mais grave.

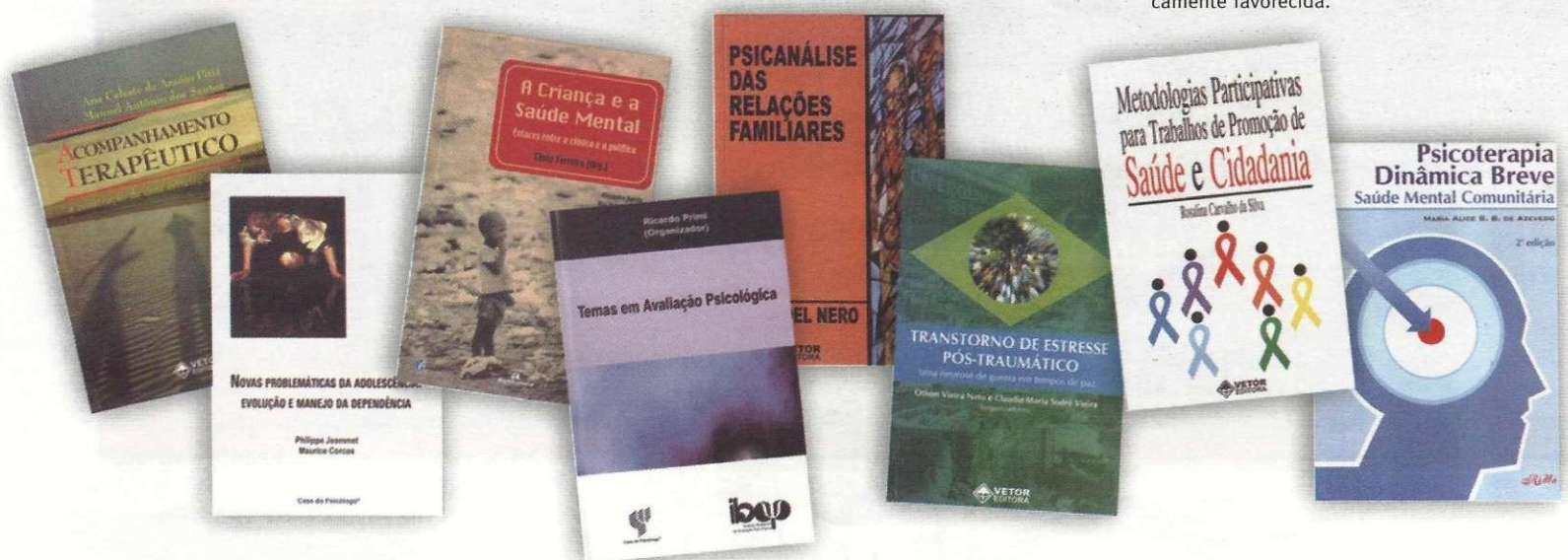
Outras formas afetam os sujeitos menos carentes, que podem tolerar relativamente um conflito intrapsíquico ao preço de transbordamentos angustiantes e/ou depressivos. O prognóstico psíquico e somático será menos sombrio, neste caso. Esses dois grupos se interpenetram e a evolução dependerá também em grande parte de efeitos biológicos e sociais próprios da conduta. O que será da evolução das novas problemáticas na adolescência em função dos dados socioculturais?

Psicoterapia Dinâmica Breve – Saúde Mental Comunitária

Maria Alice S.B. de Azevedo, R\$ 28,00, Editora Rima, 190 páginas, contato: (16) 3372-5269

Este livro trata da Psicoterapia Dinâmica Breve, técnica psicoterápica de tempo e objetivos limitados desenvolvida a partir dos conhecimentos da Psicanálise. Esta técnica, distinta da Psicanálise, apresenta-se, atualmente, como a alternativa psicoterapêutica mais viável para atender à crescente demanda de assistência psicológica e para desenvolvimento de programas de atendimento comunitário em nível de prevenção secundária. Isso a torna um instrumento psicoterapêutico indispensável a todos os profissionais que militam na área de saúde mental comunitária ou se interessam pela mesma.

Esta obra, fruto de um trabalho de pesquisa, apresenta o desenvolvimento histórico, os conceitos básicos e as características dessa abordagem clínica. Narra ainda uma experiência de atendimento planejado à comunidade em que são relatados os casos clínicos de 45 pacientes (dois grupos experimentais e um grupo controle), assim como o desenvolvimento de cada terapia e a avaliação dos resultados obtidos. Por tudo isso, sua leitura é recomendada a todos os profissionais de saúde mental que têm por objetivo abreviar a duração da psicoterapia sem prejuízo da qualidade e estender o acesso à psicoterapia a um número cada vez maior de pessoas, de todos os níveis sociais, e não apenas a uma minoria economicamente favorecida.





Inscrições abertas

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP 06/07745-1) e Walkiria Del Picchia Zaroni (CRP 5039/6.a)

Início: 1ª setembro de 2005 / **Duração:** 3 anos

Horários: 5ª feira: das 18h às 21h

Informações: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou

www.centropsicanalise.com.br

cep@centropsicanalise.com.br



INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2086 - CNPJ 05.469.707/0001-65
EPSP - Escola de Psicologia de São Paulo

Cursos de Especialização para Psicólogos (2 anos)

Cursos de Extensão para Estudantes e Profissionais das Áreas da Saúde e Educação (4 meses)

Programa-se para o 2º Semestre de 2005

Consulte o site:

www.ippesp.com.br

EPSP - Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

Disq Freud

Obras completas - 24vols.

Promoção - 5x 220,00

Atendemos a todo o Brasil

Entregamos á domicilio

SP Fone: (11) 8236-6305

Antes

"Rê, você vai assistir às palestras do Congresso de Psicologia?"

Pós

"Profa. Renata, parabéns pela sua palestra no Congresso de Psicologia."

PÓS-GRADUAÇÃO UNICSUL.



A DIFERENÇA ENTRE SER BOM E SER MELHOR.

Cursos Lato Sensu

- Famílias
- Psicologia da Saúde: práticas contemporâneas na clínica ampliada e na psicoterapia breve
- Psicopedagogia

Cursos de Extensão Universitária

- Capacitação para psicólogo responsável pela avaliação psicológica e como perito examinador do trânsito

Informações: 0800 770 6789 • pos@unicsul.br • www.unicsul.br/pos

- MESTRADOS RECONHECIDOS PELO MEC
- CURSOS DE LATO SENSU EM OUTRAS ÁREAS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Av. Dr. Ussiel Cirilo, 204



FORMAÇÃO EM PSICOTERAPIA ESTRATÉGICA COM HIPNOSE

INSTITUTO MILTON H. ERICKSON S.P.

INSTITUTO MILTON H. ERICKSON DE SÃO PAULO & INSTITUTO DE HIPNOTERAPIA EDUCATIVA



Destinado à Psicologia Clínica e Hospitalar

Realidade e Realidade Individual Neurociência O Pensar Pensamentos e Sentimentos Instinto
Distúrbios Psicossomáticos Efeito Placebo Relaxamento Transe Hipnose Dor e Hipnose
Preparação para Cirurgias Trabalho com Grupos Comunicação Indução Clássica Indução
Ericksoniana SDMLB Motivação

Linhas do Tempo em Hipnose Histórias em Psicoterapia Comunicação Indireta
Diagnóstico Metas em Psicoterapia Estratégias para atingir as metas

FORMAÇÃO EM HIPNOTERAPIA ERICKSONIANA - 11 meses - 178 horas
HIPNOTERAPIA EDUCATIVA - 11 meses - 178 horas

Fone 11 5585 3372

www.hipnoterapia.com.br

I Seminário de Psicologia no Ensino Médio

No dia 02 de julho, foi realizado o I Seminário de Psicologia no Ensino Médio que discutiu a qualidade da formação do estudante e formulou propostas sobre a disciplina e sua inserção no ensino, colaborando para uma educação justa e voltada para todos. Os organizadores formaram um grupo de trabalho permanente sobre o tema com professores, psicólogos e alunos. Pretendeu-se debater a possibilidade de agregar mais pessoas para qualificar o ensino, ampliar a luta da educação de qualidade e a contribuição da Psicologia nesse campo.

Além de psicólogos, professores, estudantes, estiveram presentes representantes do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (Sinpsi), do Conselho Regional de Estudantes de Psicologia (COREP-SP), do Ministério da Educação, da Secretaria Estadual de Educação de SP, do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e do Conselho Regional de Psicologia (CRP SP). Os temas foram: "Qual o objetivo do Ensino Médio"; "Qual a política de ensino para as áreas humanas (Psicologia, Sociologia e Filosofia)"; "Qual a condição dos professores e do ensino de Psicologia no Estado de São Paulo"; e "Distinção entre Psicologia Escolar e Ensino de Psicologia e as Políticas do CRP sobre o Tema". O evento, que teve grupos de trabalho de Psicologia na Educação, Psicologia no Ensino Médio e Licenciatura, foi realizado na sede do CRP SP.

Credenciamento de cursos

O Conselho Federal de Psicologia e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia estão credenciando os cursos de especialização. A ABEP está autorizada pelo CFP a realizar o cadastramento, proceder o exame da documentação, realizar vistoria, verificar a estrutura e funcionamento, grade curricular, corpo docente e demais condições dos cursos. O parecer favorável é condição para o credenciamento do curso pelo CFP que, uma vez aprovado, terá seu certificado de conclusão reconhecido para fins de concessão do título de especialista. Procure informações junto à Abep no site www.abepsi.org.br.

O CFP orienta as instituições que ministram os cursos a divulgar aos alunos que o certificado de conclusão, anexado a outros requisitos documentais, é suficiente para reivindicar o seu título no Conselho Federal. Cadastre o seu curso na ABEP e solicite o credenciamento. Conheça a Resolução CFP Nº 007/01. Mais informações pelo telefone (61) 328-3163 ou pelo e-mail credenciamento@abepsi.org.br.

Conselhos de Psicologia e políticas públicas

Os Conselhos de Psicologia têm realizado sistematicamente eventos sobre Psicologia e políticas públicas, no sentido de contribuir para a qualificação dos psicólogos nesse campo. Já foram realizados três encontros e três seminários. Os relatórios do primeiro e segundo encontros já estão prontos e à disposição nos Conselhos Regionais para quem tiver interesse em trabalhar na área.

Código de Ética aprovado

O Conselho Federal de Psicologia aprovou, na sua plenária do dia 1º de julho, o Código de Ética, uma extensa peça de conduta profissional resultado de inúmeras discussões nos últimos três anos nos fóruns de ética realizados em todo o país. Várias propostas foram apresentadas e delas saiu uma minuta debatida e aprovada na APAF e agora referendada pelo plenário do CFP. O texto será publicado no Diário Oficial e estará, em breve, à disposição da categoria nos Conselhos Regionais.

Braile

O jornal "Psi" inaugura sua versão em braile. O CRP SP está cadastrando profissionais deficientes visuais para que recebam um exemplar da edição. Entre em contato no telefone (11) 3061-9494 – ramal 202 ou pelo e-mail: webmaster@crpsp.org.br



II Congresso Brasileiro PSICOLOGIA: Ciência & Profissão

A inscrição será aberta no dia 19 de setembro de 2005. Não deixe para a última hora; confirme sua participação e inscreva seu trabalho!

A programação do congresso está organizada por Grupos de Atividades, que você confere no site do congresso www.cienciaeprofissao.com.br.

O II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão é organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, composto por 17 entidades da Psicologia.

A Psicologia brasileira trabalha continuamente para construir sua identidade e um dos espaços mais apropriados para fortalecer os laços entre os profissionais é o Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. A segunda edição do evento acontecerá em setembro de 2006, a categoria de todas as áreas da Psicologia está sendo mobilizada para que a produção dos saberes seja desde já elaborada para o enriquecimento do diálogo.

O Ciência e Profissão de 2006 será lugar para o desenvolvimento do compromisso da profissão com as necessidades da sociedade brasileira e oportunidade para que as todas as questões, abordagens e construções da Psicologia se apresentem e possam ser divulgadas e debatidas.

O Congresso pretende ser bem variado, com discussões sobre todos os temas e aspectos da Psicologia. Mesas redondas, pôsteres, conferências, simpósios, cursos e debates mais informais sobre temas da ciência e da profissão estarão sendo oferecidos aos participantes. A expectativa é atingir 20.000 pessoas.

Você não pode perder esse encontro da Psicologia Brasileira! Participe!

Data de 19 a 23 de setembro de 2006

Local Expo Imigrantes

Inscrições a partir de 19 de setembro de 2005

Sem fronteiras

O I Congresso Latino-americano de Psicologia foi considerado um sucesso pelos organizadores no sentido de integração. Três mil pessoas durante quatro dias puderam dialogar, trocar conhecimento na área da Psicologia e suas repercussões. Um dos frutos importantes do evento da Ulapsi foi a criação do Movimento dos Psicólogos Sem Fronteiras que atuará de forma organizada nas catástrofes e desastres naturais do continente. O Movimento vai promover cursos de especialização na área e deverá cadastrar os psicólogos interessados. Fique atento. O Conselho Regional divulgará esses cursos oportunamente através do site e de suas publicações.

Livro sobre Educação Inclusiva

A Casa do Psicólogo lançou recentemente livro sobre Educação Inclusiva, resultado da Campanha Nacional das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. O evento foi uma contribuição da categoria que discutiu o assunto por mais de um ano. A obra "Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva – Direitos Humanos na Escola", de Adriana M. Machado, Alfredo J. V. Neto, Marisa J. Neves, Marcus Vinícius O. Silva, Rosângela G. Prieto, Wagner Ranna e Evanir Abenhaim, pode ser adquirida pelo telefone (11) 3034-3600

Ato Médico

O projeto de lei que trata do Ato Médico está nas mãos da senadora Lúcia Vânia da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Ela deve elaborar novo substitutivo numa tentativa de encontrar uma solução para o impasse criado com a regulamentação da Medicina. A Comissão Nacional contra o PL entregou à senadora, no dia 16 de junho, uma carta aberta, assinada por 86 entidades da saúde. O documento descreve o conceito de saúde no mundo, que é contrário à subserviência nas relações profissionais, que censura a reserva de mercado, que é a favor da integridade e do respeito entre profissionais da área e da equipe multiprofissional e interdisciplinar. O Conselho Federal de Psicologia ainda defende a retirada do projeto da pauta do Congresso nacional. A luta continua. Acesse o site www.naoaoatomedico.com.br

Banco Social encerra suas atividades



O Banco Social de Serviços em Psicologia termina dia 27 de agosto, quando os relatórios dos projetos desenvolvidos serão entregues à sociedade. Mas deixa um bom legado. O projeto foi implementado por 13 Conselhos Regionais de Psicologia; 5.630 psicólogos foram inscritos; 1.980 protagonistas atuaram em intervenções; 55 parcerias foram realizadas; e 5.593 pessoas foram beneficiadas. Foi uma intervenção qualificada (através do fechamento de projetos e parcerias com instituições governamentais) e demonstrativa.

Encerradas as atividades dos projetos implementados pelo Banco Social, os relatórios vão inaugurar e se constituir no primeiro material do Centro de Referências Técnicas de Psicologia em Políticas Públicas. Caberá ao Centro organizar, sistematizar e pesquisar as informações sobre a temática, demonstrando compromisso do Sistema Conselhos com o desenvolvimento de políticas públicas.

Em dois anos, o BSS foi instrumento de desenvolvimento da Psicologia; de debate do seu compromisso social; de estratégia de negociação com o Estado e a sociedade sobre a profissão; e do fortalecimento da presença dos psicólogos na construção de políticas públicas. O projeto do Banco valeu a pena ao ter propiciado maior participação dos psicólogos no movimento pela implantação de políticas públicas humanizadas, que reconheçam os cidadãos como sujeitos políticos portadores de direitos objetivos e subjetivos.